

Orientação

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal analisar a oferta formativa a nível dos cursos profissionais e a sua adequação ao mercado de trabalho. Nesse sentido, analisou-se a evolução do ensino profissional em Portugal, nomeadamente em escolas públicas. A abertura das escolas secundárias da rede pública à educação e formação profissional tornou-se um facto incontornável, com a última revisão curricular do ensino secundário a permitir um arrojado salto no desenvolvimento, ao qual não é alheia a sua crescente valorização e consolidação no contexto da ação educativa. As sucessivas reformas do Ensino Secundário, também foram objeto de exploração deste trabalho. Ao longo das décadas, repercutiram-se várias reformas das políticas educativas que, entretanto, culminando na Reforma do Ensino Secundário, em 2004, assumiram a importância do ensino profissionalmente qualificante, com uma expressão no sistema educativo mais intensa que nunca. Neste estudo participaram alunos de um curso profissional, a Coordenadora do Agrupamento de Escolas e a Coordenadora da Associação Empresarial inquiridos sobre as representações que fazem sobre a oferta formativa disponibilizada e a da sua adequação ao mercado empresarial. O presente estudo permitiu perceber que a Escola não possui uma relação objetiva com o mercado empresarial, mas que os alunos têm vontade de se integrar numa empresa da sua região. O resultado do estudo aponta para a existência de uma oferta formativa que não parece estar adequada às necessidades do mercado de trabalho local.

Palavras-chave: Ensino Profissional; Mercado empresarial; Oferta formativa; Políticas públicas.

ABSTRACT

This study aims to analyze the educational offer in terms of professional courses and their suitability to the labor market. Accordingly, we analyzed the evolution of vocational education in Portugal, especially in public schools. The opening of secondary public schools to education and training has become an unavoidable fact, with the last revision of the secondary school curriculum to allow a bold leap in the development, which is not oblivious to his growing appreciation and consolidation in the context of educational action. Successive reforms of secondary education were also the subject of exploitation of this work. Over the decades, reverberated several reforms of educational policies which, however, culminating in the Reform of Secondary Education in 2004, assumed the importance of professional training education, a look at the education system more intense than ever. In this study, they participated students of a professional course, the Coordinator of the Schools and Coordinator of the Business Association asked about the representations they make about the available training supply and suitability to business market. This study allowed us to perceive that the school does not have a relationship with the business objective market, but students will have to integrate a company in your area. The result of the study indicates the existence of a training offer that does not seem appropriate to the needs of the local labor market.

Keywords: Vocational education; Labor market; Public Policies; Training offer.

ÍNDICE

RESUMO	1
ABSTRACT	2
ÍNDICE	3
LISTA DE ABREVIATURAS	6
INTRODUÇÃO	9
1 – ENSINO PROFISSIONAL SECUNDÁRIO	13
1.1. A formação profissional inicial – Conceito	13
1.2. A formação profissional em Portugal – perspetivas históricas	14
1.3. A evolução do ensino profissional na escola pública em Portugal	22
2 – AS POLÍTICAS EDUCATIVAS NO DOMÍNIO DO ENSINO SECUNDÁRIO PELA VIA PROFISSIONALIZANTE	27
2.1. O Contexto Político e Económico	27
2.2. A “gestão” do mercado de trabalho pelo IEFP	34
2.3. A identificação das necessidades do mercado de trabalho	35
2.4. A definição da oferta formativa	36
2.5. O Financiamento dos cursos profissionais de nível secundário	38
3 – OPÇÕES METODOLÓGICAS	41
3.1. Apresentação da problemática	41
3.2. Os objetivos Gerais do Projeto	43
3.3. Contextualização	45
3.3.1 Caracterização do contexto socioeconómico e cultural do concelho de Arouca	45

3.3.2. Qualificação profissional da população	47
3.3.3.Oferta educativa no Concelho	48
3.3.4.Caraterização do Agrupamento de Escolas de Arouca	49
3.4. Metodologia	50
3.5 Técnicas e instrumentos de recolha de dados	52
3.5.1 Participantes	55
3.6. Apresentação e interpretação dos dados	57
3.6.1. Resultados dos questionários dos alunos	58
3.6.2. Resultados da entrevista à Coordenadora dos cursos profissionais	61
3.6.3. Resultados da entrevista à Coordenadora da associação empresarial	65
3.7. Plano de ação	67
CONCLUSÃO	73
BIBLIOGRAFIA	75
ANEXOS	82

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Necessidades de formação na região de Arouca	39
Quadro II - Ofertas formativas dos cursos profissionais no ano letivo 2013/2014	46
Quadro III – Plano de Ação	69

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I - Evolução dos alunos inscritos em cursos profissionais em escolas públicas e escolas profissionais	22
Figura II – Idade dos alunos	52
Figura III – Perspetiva dos alunos acerca da oferta formativa disponibilizada	55
Figura IV – Perspetiva dos alunos acerca da relação entre os cursos existentes na escola e as empresas do concelho	55
Figura V – Perspetiva dos alunos sobre a relação entre o curso que frequenta e a oferta das empresas do concelho	56
Figura VI – Perspetiva dos alunos acerca sua inserção numa empresa do concelho	56
Figura VII – Perspetiva dos alunos sobre a adequação do curso ao mercado empresarial do concelho	57

LISTA DE ABREVIATURAS

ANQ – Agência Nacional de Educação

CAP – Comissão Administrativa Provisória

CEF – Cursos de educação e Formação

CNE – Conselho Nacional de Educação

DGESTE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DL – Decreto-Lei

EFJ – Ensino e formação de jovens

EFP – Ensino e formação Profissional

ESA – Escola Secundária de Arouca

ES/3 – Escola Secundária com 3º Ciclo

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FPA – Formação Profissional Acelerada

FSE – Fundo Social Europeu

GAMP – Grande Área Metropolitana do Porto

GEPE – Gabinete e Estatística e Planeamento da Educação

IEFP – Instituto do Emprego E Formação Profissional

INO – Iniciativa Novas Oportunidades

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ME- Ministério da Educação

MTSS – Ministério do Trabalho e da Segurança Social

OCEDE – Organização para a cooperação e Desenvolvimento

OE – Orçamento de Estado

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OSS – Orçamento da Segurança Social

PNACE – Plano Nacional de Ação para o crescimento do Emprego

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrático

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

R – Reforma

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

O Ensino Secundário tem sido objeto de grande procura social e de grande investimento das políticas públicas, tendo sido alvo de inúmeras reformas.

A reforma do Ensino Secundário (Decreto-lei nº74/2004, de 26 de Março), em 2004, ao consignar o alargamento dos cursos profissionais às Escolas Secundárias públicas, criou o enquadramento para a implementação de medidas concretas de resposta aos inaceitáveis níveis de insucesso e abandono escolar que ainda caracterizam o sistema de educação português e uma resposta ao repto lançado pela OCDE de apostar na qualificação da população portuguesa tanto dos jovens, como dos adultos. Esta Reforma introduziu diversas alterações no desenho curricular e salientou a necessidade de expansão da oferta de formação profissional inicial no sistema de ensino, particularmente na vertente do Ensino Profissional que, desde a década de 1980, se encontrava confinada à atuação e oferta de um número limitado de escolas Profissionais, muitas delas de natureza privada e muito dependentes do financiamento público (comunitário e nacional).

O Ensino secundário é acusado de ser desigualitário, de estar pouco aberto ao mundo exterior, e de modo geral, de fracassar na preparação dos jovens, tanto para o ensino superior como para a entrada no mundo do trabalho (UNESCO, 1996, p. 134). A questão que se levanta, então, é precisamente se o ensino profissional irá cumprir com a sua finalidade de preparação dos jovens para o mercado de trabalho, ou se se traduzirá numa via de segunda oportunidade para a conclusão do ensino secundário. O crescimento acelerado do número de matriculados no ensino profissional em Escolas Públicas obrigou as Escolas Secundárias de aumentar o seu leque de opções formativas de conclusão do ensino Secundário, através de uma via qualificante com forte ligação ao mundo do trabalho.

O presente trabalho centra-se na problemática relacionada com a adequação da oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado de trabalho, nomeadamente, ao nível dos procedimentos utilizados na escolha das áreas formativas pela escola e dos seus participantes.

Na primeira parte do trabalho, pretende-se contextualizar historicamente o ensino profissional em Portugal, desde o seu aparecimento com o Marquês de Pombal até aos nossos dias, discutindo e contextualizando as suas crises e os fatores que as influenciaram. Posteriormente, faz-se uma análise a evolução do ensino profissional na Escola Pública em Portugal.

Na segunda parte, analisa-se as diferentes políticas de formação profissional e seus impactes no ensino profissional. Tenta-se perceber de que forma o IEFP faz a gestão do mercado de trabalho para compreender as áreas prioritárias de formação.

Em termos metodológicos, apresenta-se o estudo quanto ao enquadramento, o paradigma da investigação, a construção da amostra, assim como as técnicas e instrumentos utilizados para recolha e tratamento da informação. Posteriormente, analisa-se e, ao mesmo tempo, relaciona-se entre si os resultados obtidos através do tratamento de dados e da sua discussão.

Por último, apresenta-se as conclusões. Ao longo deste estudo, tentaremos que a componente teórica, sempre presente, articule, conduza e integre os enunciados observáveis, dando consistência às relações que se estabelecem em todo o processo, embora tenhamos presente que os resultados indicam sempre tendências e nunca certezas.

Este trabalho baseia-se num estudo de caso, usando as técnicas auxiliares da entrevista, do questionário e da análise documental. Realizaram-se questionários aos alunos dos cursos profissionais. Foram ainda efetuadas entrevistas à Coordenadora dos Cursos Profissionais da Escola e à Coordenadora da Associação Empresarial.

Segundo Pardal e Correia (1995: 17), o estudo de caso analisa de forma intensiva situações particulares, possibilitando generalizações empíricas

quanto à obtenção de dados, embora privilegiando o aspeto qualitativo, a análise documental e as entrevistas.

Se por um lado aproximar a escola e o trabalho surge como uma tarefa inevitável e talvez ainda não inteiramente concluída da Escola hoje, por outro é importante perceber se existem já boas práticas que mereçam ser acarinhadas e pensadas para que no futuro esta aproximação possa produzir resultados mais eficazes.

1 – ENSINO PROFISSIONAL SECUNDÁRIO

1.1. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL INICIAL – CONCEITO

A formação profissional pode adotar designações diversas, em função do público a que se destina e do tipo de certificação que confere, escolar e profissional. Entende-se por formação profissional inicial toda a formação destinada a conferir aos indivíduos uma qualificação profissional certificada, ao mesmo tempo que fornece uma preparação para a vida adulta e profissional (IEFP, 1996: 3).

O Eixo de intervenção Qualificação Inicial tem como objetivo genérico elevar a qualificação dos jovens, promovendo a sua empregabilidade e a adequação das suas qualificações às necessidades de desenvolvimento sustentado, de aumento da competitividade e da coesão social da economia portuguesa.

Uma das tipologias de intervenção deste eixo prioritário são, justamente, os cursos profissionais e tecnológicos integrados no sistema de ensino. Estes cursos conferem o nível secundário de educação e o nível 4 de qualificação profissional. Os cursos profissionais caracterizam-se por um ensino prático que recorre à formação em contexto real e simulado, aliando teoria à vertente técnico-prática, marcados por uma estrutura flexível de carácter modular, integrando um estágio profissional e uma Prova de Aptidão Profissional.

1.2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PORTUGAL – PERSPETIVAS HISTÓRICAS

O ensino secundário parece cristalizar muitas das esperanças e das críticas que suscitam os sistemas formais. Por um lado, famílias e alunos consideram-no, muitas vezes, como a via de acesso à promoção social e económica. Por outro, é acusado de ser desigualitário, de estar pouco aberto ao mundo exterior e, de um modo geral, de fracassar na preparação dos jovens, tanto para o ensino superior como para a entrada no mundo do trabalho (UNESCO, 2007).

A descrição histórica que se apresenta sobre a evolução da formação profissional em Portugal mostra que, desde o século XVII que se constata a existência de formas de ensino relacionadas com profissões ou áreas profissionais, com o intuito de integrar socialmente jovens. Procede-se neste capítulo, a uma breve resenha histórica da evolução do ensino profissional em Portugal e da sua implementação no sistema educativo português.

O ensino técnico e profissional iniciou-se em Portugal, em 1759, com a intervenção do Marquês de Pombal quando criou instituições precursoras de ensino técnico, denominadas “aulas”, “ a criação da chamada Aula do Comércio cujos estatutos datam de 19 de abril de 1759” (Carvalho, 1986, p.458). O decreto nº 5029: 2069 faz prova disso quando publica que “o primeiro país onde se organizou o ensino profissional foi em Portugal (alvará de 19 de maio de 1759) e ao Marquês de Pombal se deve a honra dessa criação”. Na segunda metade do séc. XIX, Fontes Pereira de Melo com o decreto de 30 de Dezembro de 1852 “ criou o ensino industrial, de que o trabalho físico fazia parte genérica para todas as artes e ofícios e dividiu-o em elementar, secundário e complementar; fundou em Lisboa o Instituto Industrial destinado aos três graus de ensino, e tendo anexos um Museu de Indústria e uma Biblioteca Industrial e oficinas para trabalhadores, e no Porto

a Escola Industrial com dois primeiros graus do ensino e a cadeira de química aplicada às artes.” (Decreto nº5029: 2069). Os três graus de ensino eram vocacionados para uma formação técnica profissionalizante, em que a componente científica se situava mais ao nível dos conhecimentos gerais, estabelecendo uma relação mais próxima entre as necessidades da indústria e os currículos escolares. Com este tipo de formação respondia-se à necessidade de satisfazer a procura de mão-de-obra especializada criada pela revolução industrial e pelas mudanças a nível económico e social.

A primeira escola industrial surge no porto, em 1852, pela ação da Associação Industrial Portuense, embora dois anos depois tenha sido assumida pelo Estado como Escola Industrial do Porto. Em 1891, existiam já 28 “escolas técnicas”, e até final do século XIX o ensino comercial e industrial é alvo de diversas reformas.

Com a primeira república, gera-se um movimento de renovação de educação, através do qual o ensino técnico e secundário se reestrutura, procurando abranger um maior número de alunos. Em 1918 e através do decreto-lei 5029 de 1 de Dezembro, durante a presidência de Sidónio Pais, se desenvolve na opinião de Grácio (1998), “a única grande reforma do técnico elementar realizada durante a 1ª República” (p.54). Sidónio Pais coloca as escolas profissionais na dependência do Ministério do Comércio e Comunicações e do Ministério da Agricultura.

A Primeira República foi portadora de uma reestruturação do ensino, mais apostada na preparação dos recursos humanos para o desempenho de uma atividade profissional, o que fez com que no espaço de 15 anos, se assistisse à duplicação do número de escolas técnicas, “o que todavia não terá sido suficiente para produzir impacto na economia nacional” (Cardim, 1999, p.43).

Em 1929, no momento que antecede o estabelecimento da ditadura do Estado Novo, foi reformulada a organização destas escolas. Em 1930 e 1931, o ensino secundário técnico é alvo duma primeira reforma que pretendeu nivelar o ensino dos cursos. São publicados dois conjuntos de disposições legais, reformadores do ensino técnico elementar (decretos-lei 18420 de 4 de

Junho de 1930 e 20420 de 21 de Outubro de 1931). A educação, para o regime de Salazar começou por ter essencialmente o objetivo de “educar para a virtude”, mesmo em detrimento dos conhecimentos ou da aprendizagem profissional. No entanto, Ferreira Dias através da Comissão de Reforma do Ensino Técnico tentou proporcionar ao comércio e à indústria a mão-de-obra de que estes careciam (Santos, 2008, p.20/21).

A data de 1948 marca a segunda grande reforma do ensino técnico que perdurará até ao fim dos anos 70, numa tentativa de valorização da competência técnica, aproximando-se da formação intelectual. Nesta nova orgânica, o ensino secundário técnico passou a constituir um ramo de ensino paralelo ao ensino liceal, sem correspondência horizontal com este, e não proporcionando o acesso direto aos outros níveis de ensino.

Em 19 de Julho de 1947 através do decreto-lei nº 2025 que estabeleceu “as novas bases para o ensino profissional industrial e comercial, para os institutos industriais e comerciais e para o ensino profissional agrícola” (Bustorff, 1988, p. 22), o Ministro Fernando Andrade Pires de Lima, estabeleceu as bases do novo ensino técnico elementar industrial e comercial, com regulamentação em 29 de agosto de 1948, através dos Decretos-Lei nº 37028 e 37029, contendo este último o Estatuto do Ensino Técnico em Portugal, que se vai manter até 1975, data em que as duas vias de ensino secundário são unificadas.

A reforma de 1948 torna obrigatória a quarta classe para a frequência do ensino profissional, e cria dois graus para este tipo de ensino: um primeiro grau constituído por um ciclo preparatório elementar, considerado um momento de pré-aprendizagem com formação geral (sociocultural) que tinha a duração de dois anos e um segundo grau que consistia em cursos de aprendizagem, de formação e aperfeiçoamento profissionais e podia ter a duração de quatro anos. Segundo Sérgio Grácio a reforma de 1948 teve dois objetivos fundamentais: qualificar mão-de-obra adequada às necessidades do mercado e por outro lado enquadrar e controlar as expectativas de ascensão social das populações (Grácio, 1986).

Na segunda metade do século XX, mais concretamente em 1960, Portugal vê-se confrontado com uma nova realidade económica. Esta situação é evidenciada através das novas condições sociais e económicas, que vieram acentuar a insuficiência quantitativa da formação profissional gerada pelo sistema educativo, sobretudo pelo aumento da mão-de-obra pela indústria, do crescimento do êxodo rural, do desenvolvimento dos fluxos emigratórios para a Europa e também pelas influências da mobilização dos soldados para os conflitos nas colónias.

A conjugação destes fatores agravou a insuficiência de mão-de-obra qualificada, determinada por força das necessidades decorrentes da reorganização industrial em curso. As estruturas formativas dependentes do Ministério da Educação, não conseguiam dar resposta a esta necessidade crescente, o que levou o Estado a reforçar a sua intervenção, pela definição de um outro modelo de formação, que de uma forma mais rápida conseguisse dar resposta à procura de trabalhadores qualificados, marcando o surgimento da formação enquanto tentativa de resposta às necessidades mais imediatas do tecido produtivo.

Para isso, desenvolveu-se uma nova intervenção, sob tutela da área governativa correspondente ao trabalho – o Ministério das Corporações. A formação dependente do Ministério das Corporações, será inicialmente destinada aos adultos desempregados – população ativa – estendendo-se posteriormente, de forma rápida, à população mais jovem que abandonava precocemente o sistema regular de ensino, iniciando a vida ativa sem qualquer preparação específica, uma vez que até então, a formação profissional dos jovens se encontrava entregue às empresas que a realizavam em condições geralmente deficientes.

O Ministério das Corporações avançou, então, com o lançamento de um modelo de formação destinado à preparação rápida das pessoas para o desempenho de atividades profissionais específicas. O modelo adotado, designado por “Formação Profissional Acelerada” (FPA) ou “formação profissional de adultos”, recorria a métodos de ensino programado e

intensivo, na linha do que era preconizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

É então sob a influência de avanços, que em 1973 é publicada a primeira Lei de Bases do Sistema Educativo, que tem como principal mentor o Ministro da Educação Veiga Simão. Este documento apontava como objetivos “corrigir o início prematuro da formação profissional sem apoio numa cultura geral mínima e exclusivamente relacionada com trabalhos de rotina oficial” (Lei nº5/73). A reforma implementada com esta Lei abandonava a distinção entre os três tipos de liceus, estabelecendo apenas uma escola secundária polivalente para qualificar o primeiro ciclo do secundário de dois anos, logo a seguir à escolaridade obrigatória, sempre de oito anos, à qual correspondia a designação de ensino preparatório (decreto-lei 5/73 de 25 de Julho). Só nos dois últimos anos do secundário (segundo ciclo ou complementar) é que aparece o ensino profissional em estabelecimentos de “índole específica”. Estavam previstos também cursos de iniciação e formação profissional para aqueles alunos que abandonavam o sistema educativo no final do ensino básico ou no curso geral ou complementar do ensino secundário.

As reformas de Veiga Simão não chegam a ser totalmente implementadas devido a revolução de 25 de Abril de 1974. Assim, em 1975, o ensino técnico é extinto e entra em funcionamento o ensino secundário unificado, com o objetivo de proporcionar uma maior igualdade de oportunidades a todos os jovens, esbatendo discriminações sociais e adiando para as escolhas profissionais dos jovens para uma idade mais madura (15-16 anos). “Com a criação, em 1975, do ensino secundário unificado toda a morfologia do sistema educativo se vê alterada. Portugal entra, com atraso considerável, na tendência geral da maior parte dos países europeus e de leste” (Gomes, 2001,p.3).

Em 1980, inicia-se a primeira iniciativa para o restabelecimento do ensino técnico profissional, com a criação do décimo segundo grau do ensino secundário – via profissionalizante. Em 1983, verificou-se uma nova estratégia

para a diversificação das modalidades de ensino com o conseqüente relançamento do ensino técnico-profissional (Despacho Normativo 194-A/83 de 21 de Outubro), no âmbito do ensino secundário complementar, que procurou respeitar a diversidade, tendo em conta que “a heterogeneidade é a certeza mais certa (...) do sistema de ensino de massas” (Azevedo, 1994, p. 110). O ensino técnico-profissional foi relançado no sistema de ensino português, seguindo as recomendações de diversas organizações internacionais, nomeadamente a OCDE, a UNESCO e o Banco Mundial (Azevedo, 1991). Em 1983, são criados dois tipos de cursos profissionalizantes: os cursos técnico-profissionais com a duração de três anos escolares (10º, 11º e 12º), após o nono ano de escolaridade, e os cursos profissionais com a duração de um ano letivo em contexto escolar, seguido de um estágio de seis meses em posto de trabalho com acompanhamento da escola. Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, a formação profissional massificou-se e teve um desenvolvimento significativo, beneficiando da ação do financiamento das atividades formativas (Portaria nº782/97) pelo Fundo Social Europeu (FSE). Ainda em 1986, é promulgada a nova lei de bases do sistema educativo em Portugal. A expressão “formação profissional” aparece na subsecção IV da Lei nº46/86, que é dedicada às modalidades especiais de educação. São objetivos do ensino profissional complementar a preparação para a vida ativa iniciada durante o ensino básico, e a integração “dinâmica” no mundo do trabalho através “da aquisição de conhecimentos e competências profissionais”, para responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica”.

O ensino profissional ia crescendo mas não de forma tão impetuosa como seria de esperar. A procura por este tipo de ensino era contrariada, segundo Azevedo (1999) pela matriz liceal das escolas secundárias, a cultura profissional liceal da maior parte dos professores, pela fragilidade dos recursos atribuídos, pelo facto de não estar orientado para as mais altas credenciais escolares e por falta de uma divulgação empenhada deste tipo de oferta, junto das populações.

O período de 1988 a 1996, referente à reforma política educativa de ensino/formação de nível secundário, desenvolveu-se através de um conjunto de medidas que favoreceram a diferenciação da cidadania educativa, a gestão da inserção e da socialização profissional dos jovens em contexto escolar e a procura de novos papéis para o Estado na provisão da educação. “O conjunto de medidas que estruturam o ensino/formação de nível secundário ao longo dos anos 80 e 90, em particular aquelas implementadas entre 1988 e 1996, pode ser interpretado nos termos de um mandato que busca articular a gestão da inserção profissional dos jovens (e a sua socialização e mobilização para o trabalho nas novas condições de emprego) com a integração e retenção de novos públicos em percursos de escolarização prolongada alternativos ao ensino regular” (Antunes, 2000, p.127). A partir desta reforma, todas as modalidades educativas de ensino secundário pós-obrigatório passam a contar com uma estrutura curricular composta por três componentes: geral ou sociocultural, específica ou científica e técnica ou tecnológica, que se mantém até 2004.

Nos anos seguintes continuou a fazer-se sentir a necessidade de apostar cada vez mais no ensino profissional. Em setembro de 2004, de acordo com o estabelecido no Decreto-lei 74/2004 de 26 de Março, entraram em vigor novos planos de estudo para o ensino secundário, no quadro de uma Reforma do Ensino Secundário que pretendeu adequar as formações de nível secundário às mudanças sociais e às necessidades de desenvolvimento do país. Em 2002, com a publicação da Lei Orgânica do Ministério da Educação foi apontado como um dos objetivos estruturais da reforma da educação “diretamente reclamado pelo desafio da qualificação dos recursos humanos em termos conformes ao papel de Portugal na União Europeia e no mundo e às necessidades da competitividade da economia global, a integração entre as políticas e os sistemas de educação e as políticas e os sistemas de formação ao longo da vida” (Decreto-lei nº208/2002, de 17 de Outubro, Ponto 2).

Durante o ano de 2003, foram discutidas as linhas para a consolidação do ensino profissional em Portugal através do Documento Orientador da Revisão

Curricular do ensino Profissional. Já em 2004, com o decreto-Lei nº74/2004, de 26 de março, foram regulamentadas os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, ao nível secundário de educação. Este diploma, que foi firmado pela Portaria nº550-C/2004, abre às escolas secundárias do ensino público a possibilidade de oferecerem cursos do ensino profissional (Cerqueira e Martins, 2011).

Em 15 de Maio de 2006, na sequência da revisão da estratégia de Lisboa proposta pela Comissão, com base no chamado Relatório Kok, “Enfrentar o desafio da estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego” foi implementado a revisão curricular de Ensino Profissional que prevê o seu funcionamento em centros de Formação Profissional e em Escolas Secundárias. Através do Decreto-Lei nº396/2007, de 31 de Dezembro, cria-se os instrumentos de operacionalização que reestruturam e articulam a formação profissional inserida no sistema educativo e no mercado de trabalho, nomeadamente o Quadro Nacional de Qualificações e o Catálogo nacional de Qualificações, tendo como referência os princípios do Quadro Europeu de Qualificações.

Com o início do Marquês de Pombal, o percurso do ensino profissional é caracterizado por uma série de avanços e recuos ligados a evolução política do país. O Estado Novo permitiu o acesso ao ensino profissional de muitos alunos, mas a sua forte estigmatização impediu o seu sucesso. Com o 25 de Abril de 1974 vimos a via profissionalizante ser abolida e o ensino foi unificado. Com a entrada de Portugal na União Europeia, o ensino profissional reaparece mas sob novos princípios.

Nas últimas décadas, temo-nos deparado com uma evolução vertiginosa do ensino profissional em Portugal, graças a uma serie de reforma das políticas. A estratégia educativa atual permitiu que, de facto, estejamos perante um eixo reforçado de mudanças do sistema educativo que sustentam com grande propriedade a educação e a formação profissional no contexto do ensino

secundário, com tendência para se projetarem no futuro de forma substantiva.

1.3. A EVOLUÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NA ESCOLA PÚBLICA EM PORTUGAL

Na evolução do ensino e formação de nível secundário, assistimos, nos últimos vinte anos, à permanência de dinâmicas de continuidade e à emergência de dinâmicas de rutura. Entre as primeiras, é de salientar a persistência do modelo liceal como modelo de referência na construção do “corpus” curricular da oferta formativa de nível secundário. Entre as segundas destacam-se o lançamento do ensino técnico-profissional, em 1983, o lançamento da formação em alternância, em 1985, a criação das escolas profissionais em 1989, e o longo abandono e a posterior reposição dos exames nacionais do ensino secundário, em 1993.

Durante a década de 1990 continuou a fazer-se sentir a necessidade de uma aposta ainda maior nas vias profissionalizantes de ensino, começando a desenhar-se uma nova configuração do sistema educativo. Preparada gradualmente durante os finais da década de 1990 e inícios deste século, foi dado início, em 2004-2005, à aplicação da Reforma do Ensino Secundário, através de uma série de medidas que abrangeram, entre outras, a reorganização dos cursos gerais e dos cursos tecnológicos e respetivos currículos e a reorganização dos programas das disciplinas.

No ano 2000/2001, o Governo aprovou uma “revisão curricular do ensino secundário”, exclusivamente direcionada às escolas secundárias, mas tal medida foi suspensa pelo Governo seguinte, em Abril de 2002. No final de 2002, uma nova proposta de “revisão curricular”, de iniciativa do novo governo, foi submetida a debate público. Esta também se direciona exclusivamente às escolas secundárias, apesar de anunciar a intenção de se

vir a tornar uma “reforma do ensino secundário”. É publicada a Lei Orgânica do Ministério da Educação que foi apontada como um dos objetivos estruturais da reforma da educação que “visa prosseguir objetivos, quer de qualificação inicial de jovens com competências profissionais necessárias à sua transição adequada para a vida ativa, embora preservando e fomentando o cumprimento da escolaridade obrigatória e das vias gerais da educação escolar de caráter universal (...)”(Decreto-Lei nº208/2002, de 17 de outubro, Ponto 2).

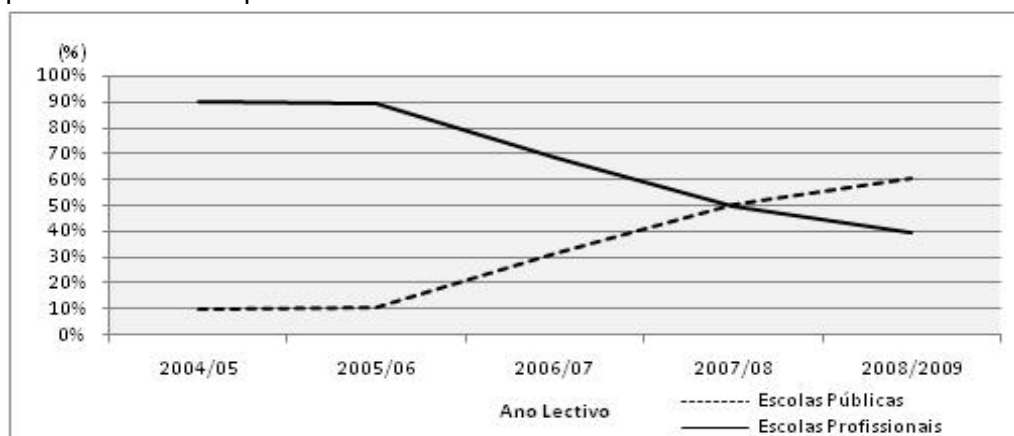
Integrado na Reforma do Ensino Secundário, publicada pelo Decreto-lei 74/2004, de 26 de março, os cursos profissionais passam a integrar as ofertas formativas e a fazer parte “integrante do nível secundário de educação, assistindo-se a um crescimento explosivo e acelerado desta oferta de formação inicial nas escolas secundárias públicas, deixando o ensino profissional de ser, assim, uma modalidade especial de educação, para fazer parte integrante da diversidade de ofertas qualificantes de dupla certificação do ensino secundário de educação” (Orvalho & Alonso, 2009, p.298). Através deste diploma, firmado pela Portaria nº550-C/2004, de 21 de maio, abre-se às escolas secundárias do ensino público a possibilidade de terem como oferta formativa cursos do ensino profissional. Com a publicação da Portaria nº798/2006, de 10 de Agosto e Despacho nº14758/2004 (2ª série), de 23 de Julho consolida-se a possibilidade da oferta de cursos profissionais nas escolas públicas.

Neste mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomenda que se deem às escolas secundárias “com perfil para a promoção de cursos profissionais, condições idênticas às atribuídas às escolas profissionais para o lançamento, o desenvolvimento, a gestão e a execução dos seus cursos” (CNE, 2004, p. 6).

O crescimento do número de jovens em cursos profissionais é o que mais tem contribuído para a evolução que se tem verificado nos últimos vinte anos, representando 85% dos alunos matriculados em ofertas de dupla certificação no ano letivo 2009-2010, o que representa uma aumento de 185%

relativamente a 2006-2007. De acordo com a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) existe em 472, das cerca de 500 escolas públicas, oferta de cursos profissionais de nível secundário, o que corresponde a uma taxa de cobertura de cerca de 90%, tendo assim ultrapassado em importância as escolas profissionais, com 60% dos alunos destes cursos inscritos nas escolas públicas (Figura 1).

Figura I - Evolução dos alunos inscritos em cursos profissionais em escolas públicas e escolas profissionais



Fonte: GEPE/ME, 2010

A aposta no alargamento e diversificação da oferta qualificante no nível de ensino secundário foi materializada em Portugal com a Iniciativa Novas Oportunidades (INO) lançada em 2005, que se insere na estratégia europeia de diversificar os sistemas de ensino e garantir a atratividade das vias vocacionais. Esta Iniciativa foi consolidada com a instituição do Sistema Nacional de Qualificações, através do decreto-Lei nº396/2007, de 31 de Dezembro, criando-se os instrumentos de operacionalização que reestruturam e articulam a formação profissional inserida no sistema educativo e no mercado de trabalho.

A Reforma do Ensino Secundário (Decreto-lei nº74/2004, de 26 de março) em 2004, ao consignar o alargamento dos cursos profissionais às Escolas Secundárias públicas, criou o enquadramento para a implementação de

medidas concretas de resposta aos inaceitáveis níveis de insucesso e abandono escolar que ainda caracterizam o sistema de educação português e uma resposta ao repto lançado pela OCDE de apostar na qualificação da população portuguesa tanto dos jovens, como dos adultos. Esta Reforma introduziu diversas alterações do desenho curricular e salientou a necessidade de expansão da oferta de formação profissional inicial no sistema educativo, particularmente na vertente do Ensino Profissional.

2 – AS POLÍTICAS EDUCATIVAS NO DOMÍNIO DO ENSINO SECUNDÁRIO PELA VIA PROFISSIONALIZANTE

O direito à formação tem vindo, ao longo das duas últimas décadas, a ser objeto de consagração jurídica em todos os países desenvolvidos, Portugal inclusive. A formação aparece no sistema educativo português no âmbito dos direitos à educação. O desenvolvimento de políticas de educação e formação, com a conseqüente diversificação das vias vocacionais, tem ganho maior consistência e visibilidade, sobretudo a partir dos anos 80 do século XX, à medida que se têm implementado sucessivas reformas do sistema educativo.

2.1. O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÓMICO

Com a entrada na união Europeia, em 1986, Portugal passou a poder contar com o importante apoio financeiro do Fundo Social Europeu (FSE) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o que lhe permitiu desenvolver um sistema de ensino e formação profissional. A diversidade de atividades de EFP trouxe grandes mudanças ao sistema português de educação e formação profissional, nomeadamente o prolongamento da escolaridade obrigatória. O número de cursos secundários, integrados no ensino regular ou profissional, aumentou, tais como o número de alunos a frequentar estes cursos. Mas mesmo assim, Portugal ainda se distancia dos padrões médios de desenvolvimento da União Europeia, nos níveis da educação.

A estabilidade política alcançada por Portugal em 1987, em comparação com os anos que se sucederam à revolução de 1974, propiciou o

desenvolvimento e implementação de políticas diversificadas tendo em conta todo o leque de opções políticas e recursos financeiros.

De 1987 a 1995, o governo PSD (Partido Social Democrático) obteve maioria parlamentar e teve um papel fundamental na implantação do sistema nacional de EFP, ao remodelar o órgão administrativo responsável pela condução das políticas de formação e emprego: O Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP. A remodelação permitiu alargar a estrutura de EFP e desenvolver uma rede de centros de formação profissional públicos e semipúblicos. Isso levou a um impressionante aumento ao nível da oferta de ações de formação e do número de formandos.

Em Novembro de 1995, O Partido Socialista (PS) venceu as eleições e formou governo. Assistiu-se, então, a uma importante mudança nas políticas de EFP, refletindo uma maior preocupação com o emprego, a educação e a competitividade económica. Todas as políticas económicas desenvolvidas neste período salientavam a necessidade de utilizar a EFP como instrumento-chave do processo de recuperação que Portugal procurou empreender para se aproximar dos seus parceiros europeus.

As políticas de educação e formação são acompanhadas também no domínio do emprego por um conjunto alargado de apoios públicos técnicos e financeiros que visam estimular o empreendedorismo e a criação de emprego. Uma percentagem significativa das medidas de política de emprego procura realizar dois objetivos: promover a inserção no mercado de trabalho e elevar o nível de qualificação dos abrangidos, nomeadamente através da integração de componentes de formação profissional. De acordo com a Lei Orgânica de 1997 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, O IEFP tem como principal missão executar as políticas de emprego e formação profissional definidas pelo governo.

A formação profissional em Portugal tem sido assumida pelo Estado como uma forma de equilibrar o mercado de trabalho. O Estado para tentar aumentar e adequar a preparação profissional de mão-de-obra nacional às necessidades do mercado de trabalho criou, em 1979, o Instituto de Emprego

e Formação Profissional (IEFP) através do Decreto-lei 519-A2/79 de 29 de dezembro que expressa o objetivo da integração da formação profissional e do emprego num único organismo “por forma a alcançar uma harmoniosa integração das suas funções no todo que eles constituem e a conferir um sentido comum às ações por si desenvolvidas, no âmbito de uma organismo – o Instituto de Emprego e Formação Profissional” (Decreto-lei nº519 A2/79 de 29 de dezembro).

Na segunda metade do século XX, mais concretamente em 1960, Portugal vê-se confrontado com uma nova realidade económica: o progresso tecnológico que vinha sendo implementado na indústria nacional, não conseguia, por si só, promover o desejado e necessário aumento da produtividade nacional. As entidades empregadoras depararam-se com mão-de-obra pouco qualificada face às exigências de conhecimentos compatíveis com a evolução dos novos processos tecnológicos. Esta situação potenciou de forma determinante o crescimento do desemprego na década de 1960. A reorganização industrial em curso veio agravar a insuficiência de mão-de-obra qualificada.

As estruturas formativas dependentes do Ministério da Educação, não conseguiam dar resposta a esta necessidade crescente, o que levou o Estado a reforçar a sua intervenção, pela definição de um outro modelo de formação, que de uma forma mais rápida conseguisse dar resposta à procura de trabalhadores qualificados. Surge, então, a formação enquanto tentativa de resposta às necessidades mais imediatas do tecido produtivo.

A resposta às necessidades mais imediatas do tecido produtivo passará a ser realizada pela criação de estruturas formativas afetas ao Ministério das Corporações, que à época integra a área governativa correspondente ao trabalho. A formação dependente do Ministério das Corporações será inicialmente destinada aos adultos desempregados, estendendo-se posteriormente à população mais jovem que abandonava precocemente o sistema regular de ensino.

Crescentemente confrontado com a crítica social e consciente da utilidade da preparação profissional de mão-de-obra para o desenvolvimento económico nacional, o Estado tenta aumentar e adequar a preparação profissional de mão-de-obra nacional às necessidades do mercado de trabalho com a criação, em 1979, do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) que coloca na dependência do Ministério do Trabalho. O novo organismo, ao integrar as componentes do emprego e da formação profissional, tentará não só fazer ressurgir a atividade formativa, mas também conferir um sentido comum às políticas de emprego e formação. O propósito do novo organismo será pois o de promover a “transparência, melhor organização e o equilíbrio do mercado de trabalho” (DL 519-A2/79 de 29/12: 3446). O que tentará prosseguir integrando na sua génese o serviço nacional de emprego e o serviço de formação profissional, tornando-se assim, responsável pela execução das políticas de emprego e formação definidas pelo Governo.

Na década de 1980, de forma a responder à preocupação social do abandono escolar que grassava entre os jovens, Portugal optou por um novo modelo formativo: o Sistema de Aprendizagem. Destinado aos jovens com poucas habilitações escolares, continha uma dupla finalidade: dotar a população adolescente de uma equivalência escolar acrescida de uma preparação profissional sólida. A Aprendizagem surge assim na formação profissional inserida no mercado de trabalho com a finalidade da dupla certificação, sem descurar a hipótese de prosseguimento de estudos, o que configurou “uma modalidade especial de educação escolar, designada por formação profissional” (Pedroso, 1993, p.35).

A globalização crescente da economia, acelerada pelo processo de integração europeia, obrigou o IEFP, no âmbito da formação profissional, a procurar dar resposta às necessidades do mercado de trabalho local e regional. O IEFP vê-se então confrontado com a necessidade de alargar a sua capacidade de resposta às necessidades transnacionais, onde “trabalho e trabalhadores perdem cada vez mais o seu carácter individual e local, para se

transformarem em coletivos com dimensão e significado progressivamente mais global” (Leite, 2003, p. 191), tornando a identificação de necessidade de qualificação, numa tarefa muito mais difícil de realizar.

A década de 1990 trouxe uma nova estrutura do mercado de trabalho. As empresas tinham de associar à “modernização dos seus espaços, apetrechados com novos equipamentos, novas formas de gestão dos recursos produtivos – materiais, máquinas e informações – a qualificação dos ativos humanos” (Leite, 2003, p.195). É pois a este novos desafios avançados pelo mercado de trabalho que a formação profissional terá de fornecer resposta.

A formação profissional abandona os modelos de formação intensiva, baseados no saber-fazer profissional para se centrar na aquisição de novas competências capazes de fazer face às novas realidades do mercado de trabalho. A formação profissional promove então, a consolidação dos programas de formação inicial com a integração de uma componente de formação sociocultural, uma componente de formação prática, uma componente de formação tecnológica a que acresce uma componente de formação científica. É o início da articulação de uma estratégia de educação-formação com a política de emprego.

Nos primeiros anos do século XXI, a preocupação com o aumento do abandono escolar precoce aumenta devido às novas exigências do mercado de trabalho. Para tentar responder a contestação social marcada pelo elevado nível de iliteracia e pelo crescimento dos níveis de desemprego, o Estado propõe o alargamento da oferta formativa, mormente pela criação e expansão dos percursos formativos de dupla certificação. As políticas de formação têm a partir de então um duplo objetivo: a qualificação profissional aliada à obtenção da escolaridade obrigatória.

O Estado avança em 2002 (Despacho-conjunto 279/2002 de 12/4) com a ampliação da oferta formativa de dupla certificação, destinada à população jovem que abandonava o sistema regular de ensino, sem concluir a escolaridade obrigatória, criando os cursos de Educação e Formação de Jovens atribuindo “elevada prioridade ao objetivo de assegurar à população

ativa o cumprimento da escolaridade básica, associada a uma formação qualificante, possibilitando desempenhos profissionais mais qualificados e abrindo mais e melhores perspectivas de educação e formação ao longo da vida” (DC 279/2002 de 12/4).

O Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação subscrito em 2001 pelo Governo e pelos parceiros sociais identifica o combate aos défices de escolarização e de qualificação profissional como um dos eixos prioritários de intervenção, visando elevar os níveis de habilitação escolar e de qualificação profissional dos jovens (DC 279/2002 de 12/4). As políticas de formação profissional sofrem alterações, desta vez, já não tanto pelo crescimento das modalidades formativas, mas sobretudo pela ampliação e flexibilização das existentes. É assim que, em 2004 pelo DC 453/2004 de 27/7, a oferta formativa dos cursos de EFJ é alargada, com a possibilidade de obtenção de equivalência escolar ao 12ºano, aumentando também, as entidades onde esta formação poderá ser ministrada. A EFJ passa a ser cada vez mais desenvolvida pelas escolas públicas, afetas ao Ministério da Educação, numa palavra, legalmente Ministério do Trabalho e Ministério da Educação desenvolvem a mesma modalidade formativa, promovendo o mesmo tipo de competências.

Em Abril de 2006, o Governo avança com a designada “Iniciativa Novas Oportunidades” cuja operacionalização fica a cargo dos Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social e da Educação. Esta iniciativa preconiza como objetivo de referência a escolarização de nível secundário para a população nacional, jovens e adultos. O desafio que o Estado se propõe atingir, decorre de um plano de duas intenções expressas no documento “Novas Oportunidades” (MTSS/ME: 2007), que por sua vez transcorre da reforma da formação profissional aprovada pela (R 173/07 de 7/11): De acordo com os documentos referidos a prioridade das políticas de formação assentará em:

1. Fazer, do ensino profissionalizante de nível secundário, uma verdadeira e real opção, dando oportunidades novas aos jovens;

2. Elevar a formação de base dos ativos, dando a todos quantos entraram na vida ativa com baixos níveis de escolaridade oportunidade para recuperar, completar e progredir nos estudos.

A iniciativa "Novas Oportunidades" tem como principal objetivo a rápida elevação dos níveis de qualificação dos portugueses, assumindo o 12º ano como patamar mínimo de qualificação de referência. A concretização desta ambição passa por uma estratégia centrada em dois planos. A primeira para os jovens, elevando as taxas de conclusão do nível secundário, com um forte combate ao abandono escolar precoce e uma aposta no reforço das vias de ensino profissionalizante com dupla certificação, escolar e profissional; e a segunda destinada aos adultos. O Quadro Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) assumiu também como prioridade a qualificação dos portugueses, estando afeto ao Programa Operacional Temático Potencial Humano 70% das verbas para a Iniciativa Novas Oportunidades.

A Comissão Europeia lançou a Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esta proposta foi acolhida pelo Conselho Europeu, que na reunião de 12 de maio de 2009, aprova a nova estratégia para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação, reconhecendo que: "A educação e a formação têm um papel crucial a desempenhar face aos inúmeros desafios socioeconómicos, demográficos, ambientais e enológicos que se colocam à Europa e investir eficazmente em capital humano através dos sistemas de educação e formação constitui uma componente essencial da estratégia adotada pela Europa para atingir os elevados níveis de crescimento" (Conselho Europeu, 2009, p.1).

O objetivo da Estratégia Europa 2020 para a educação é reduzir a taxa do abandono escolar precoce para menos de 10% e aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior. Para alcançar os objetivos, Portugal adotou medidas nos domínios das "competências básicas em leitura, matemática e ciências, abandono precoce da educação e formação, educação pré-escolar e aprendizagem ao longo da vida" (CNE, 2011, p.987), tais como: o

alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos para todos aqueles alunos que no ano letivo 2011/2010 terminam o nono ano de escolaridade, o aumento do leque de ofertas educativas nas escolas, a diversificação da oferta de educação e formação de adultos, a cobertura dos programas Novas Oportunidades, a Rede de Bibliotecas Escolares, o Plano Nacional de Leitura e o Plano Tecnológico.

2.2. A “GESTÃO” DO MERCADO DE TRABALHO PELO IEFP

O IEFP é, enquanto autoridade responsável pela formação, o organismo de referência em Portugal, garantindo o fornecimento das ações de formação definidas pelas políticas governamentais. A preparação para o exercício de uma atividade profissional, enquanto responsabilidade acometida à formação profissional, continua a existir, conforme se pode constatar nas atribuições do IEFP, expressas no DL 213/07 (29/05: 3483), e corroboradas na reforma da formação profissional R 173/07 de 07/11 “promover a organização do mercado de emprego... tendo em vista o ajustamento direto entre a oferta e a procura de emprego”.

As relações educação/mercado de trabalho têm-se alterado nos últimos anos. Definiram-se novos perfis profissionais e escolares, alargou-se o conceito de formação profissional e alteram-se modelos educativos, exigindo-se ao ensino geral, e ao ensino técnico e profissional em particular, a adequação dos seus objetivos. O ensino técnico e profissional teve como principal objetivo fornecer ao mercado de trabalho a mão-de-obra especializada num nível intermedio da estrutura de emprego. Mas, atualmente, espera-se que contribua também para o desenvolvimento económico e para a minimização do desemprego jovem, reduza o insucesso escolar e seja uma forma de normalizar o acesso ao ensino superior,

atenuando a pressão da procura, ao desviar os alunos para outras alternativas.

Os empregadores querem que os trabalhadores, para além de dominarem os saberes de base – ler, escrever, calcular – tenham iniciativa e criatividade, capacidades e competências de comunicação e de resolução de novos problemas em novas situações, competências para trabalhar em grupo, cooperando com outros, para recolher e tratar informação e para saber avaliar (Azevedo, 1991).

A formação profissional dos jovens, diretamente ligada ao mundo do trabalho, tem de adaptar-se à evolução deste, nomeadamente no que respeita aos objetivos e conteúdos, é necessário que os sistemas de formação assegurem um quadro de competências e atitudes que permitam aos jovens inserir-se na vida ativa e favoreçam, no futuro, a adaptação e a mobilidade necessárias às constantes mudanças tecnológicas e sociais. As políticas de emprego e formação só serão verdadeiramente eficazes se se promover a adaptação da formação ao mercado de trabalho e não podendo se basear em meras formações-parking, isto é, em ações formativas que apenas ocupam o público (Rebelo, 2006).

A gestão do mercado de trabalho é da responsabilidade do IEFP e surge pela primeira vez explícita na Portaria 297/97 de 06 de Maio que se refere “às medidas de política de emprego e formação profissional definidas pelo Governo que reorientam a missão do IEFP para a gestão do mercado de emprego”.

2.3. A IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DO MERCADO DE TRABALHO

O IEFP detém competência específica para propor e realizar estudos sobre as temáticas do emprego, privilegiando o carácter prosequutivo, a ótica

regional, os grupos socioprofissionais passíveis de intervenção prioritária, bem como os grupos mais desfavorecidos e expostos à exclusão social. A própria estrutura orgânica do Instituto, com a criação do Conselho Diretivo do IEFP, do Centro de Investigação e Desenvolvimento das Políticas e Técnicas de Emprego, que através da Direção de Serviços de Estudos, integra a Divisão de Estudos do Mercado de Emprego incumbida de promover, comparar e elaborar estudos sobre o mercado de emprego (DL 193/82 de 20 de Fevereiro).

Á nível local, por sua vez, é da responsabilidade dos Centros de Emprego a realização de ações tendentes à organização do mercado de emprego, devendo para isso recolher “ informações sobre a situação e perspetivas do mercado de emprego e proceder às análises necessárias considerando em especial o conhecimento e caracterização dos recursos humanos, dos postos de trabalho existentes e previsíveis” (Portaria 297/97 de 06 de maio). Os mecanismos de identificação das necessidades do mercado de trabalho, situam-se a vários níveis, respeitando as perspetivas de evolução económica nacional e internacional e considerando as alterações do tecido produtivo regional e os tipos de públicos passíveis de intervenção prioritária.

2.4. A DEFINIÇÃO DA OFERTA FORMATIVA

Em 2005, foi aprovado o Plano Nacional de Ação para o crescimento e Emprego (PNACE) que procurou concretizar a criação de emprego através do incentivo à formação junto de alguns grupos, nomeadamente os jovens, aumentando a oferta de cursos técnicos e profissionais. Ciente de que a formação corresponde à apreciação do valor diferencial do trabalho, Rebelo defende que a empregabilidade constrói-se a partir da formação inicial e de saberes adquiridos ao longo da vida que, por sua vez, possibilitem ao

trabalhador otimizar a sua operacionalidade em situações concretas de trabalho (Rebelo, 2006).

O crescimento acelerado do número de matriculados no ensino profissional em Escolas Públicas é o efeito mais evidente do processo de expansão dos Cursos Profissionais. Esta expansão permitiu aos alunos um maior leque de opções de conclusão do Ensino Secundário, através de uma via qualificante com forte ligação ao mundo do trabalho. Mas nem sempre a oferta formativa atende às necessidades regionais e locais. A formação não deve ser vista apenas como um dado nível de qualificação, pois caracteriza-se também pela modalidade de ensino e formação seguida, pelo género, pela área de especialidade frequentada, pelo tipo de certificação concedido ou não, como também os mercados de trabalho devem ser contextualizados, desde as localizações geográficas e as transformações sectoriais, aos modos de gestão de mão-de-obra (Rose, 2005; Vernières, 1997).

A definição da oferta formativa centrou-se, inicialmente, na necessidade de obtenção de qualificações, sem preocupação pela área profissional em que as mesmas fossem obtidas. Em resultado desta ação, obteve-se um excedente de mão-de-obra qualificada. A definição da oferta formativa tentará, então, centrar-se nas áreas que possibilitem responder à capacidade produtiva. Assiste-se desta forma à queda do mito de que a formação por si só cria postos de trabalho, ao mesmo tempo que se alerta para a importância de considerar as necessidades do tecido produtivo na definição da oferta formativa, o que levou alguns países a definirem a sua oferta formativa, unicamente, com base na procura do tecido produtivo (Castro, 2002). Os discursos políticos passam, então, a enfatizar a necessidade de produzir formação de acordo com as necessidades do tecido produtivo na tentativa de não favorecer a existência de excedentes de mão-de-obra qualificada.

Com a portaria 656/86 de 4 de Novembro introduz-se a participação direta dos parceiros sociais no conselho de administração do IEF, encorajando a ação formativa por intermédio de uma atividade mais descentralizada. É visível a intenção legal de mudança de paradigma na definição da oferta

formativa que procura promover uma oferta capaz de dar resposta às exigências atuais do mercado de trabalho e a sua evolução. Contudo, os autores Castro e Leite alertam para a importância de se revestir a operacionalização das políticas de formação, dado que as orientações legalmente definidas não constituem garantia no alcance dos objetivos que as mesmas preconizam (Castro, 2002).

A oferta tem sido condicionada quase sempre pelo ritmo de evolução da procura, tendo-se assistido, desde meados dos anos oitenta, a uma diversificação progressiva das vias de formação, que se haviam afunilado no fim dos anos setenta. As taxas de escolarização no nível secundário progrediram mas persistem desigualdades regionais no acesso ao nível secundário. Estas desigualdades têm forte incidência na evolução local de oferta e procura formativa e fraca repercussão nas políticas públicas definidas pelos governos.

2.5. O FINANCIAMENTO DOS CURSOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SECUNDÁRIO

Com a entrada na União Europeia, em 1986, Portugal passou a poder contar com o importante apoio financeiro do Fundo Social Europeu (FSE) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o que lhe permitiu desenvolver um sistema de EFP bem direcionado. Portugal beneficia de importante apoio da União Europeia para o financiamento das políticas de educação e formação profissional, através dos recursos do FSE atribuídos no âmbito de medidas específicas dos Programas Operacionais que integram os Quadros Comunitários de Apoio.

Em Portugal, o financiamento do sistema de educação e formação profissional é quase integralmente assegurado por fundos públicos, através de contribuições do orçamento de Estado (OE), do orçamento da Segurança

Social (OSS) e do Fundo Social Europeu (FSE). No sistema educativo, cabe ao Ministério da Educação (ME) definir e coordenar a formação profissional, considerada uma modalidade específica de educação integrada no sistema escolar. As contribuições do OE financiam as atividades de educação e formação profissional desenvolvidas pelo sistema educativo da responsabilidade do ME. A educação e formação profissional inicial oferecida pelo sistema educativo é fundamentalmente financiada pelo orçamento do ME, mas assumindo também relevância o contributo do FSE para o financiamento de algumas medidas. O sucesso do ensino técnico profissional nas escolas públicas está intimamente ligado ao POPH (Programa Operacional do Potencial Humano) que “constitui um dos programas operacionais que mais investimentos públicos concentra” (Cerqueira e Martins, 2011, p.141).

3 – OPÇÕES METODOLÓGICAS

3.1. APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Através da realização deste estudo pretende-se obter um maior conhecimento acerca da oferta formativa ao nível dos cursos profissionais, no Concelho de Arouca, mas também averiguar a adequação destas respostas ao mercado empresarial da região.

O projeto seleciona como problemática a adaptação da oferta formativa na área dos cursos profissionais às necessidades do mercado empresarial do Concelho de Arouca.

O seu principal objetivo é avaliar, com base numa perspetiva empírica, de que forma é efetuada a escolha, por parte da Escola, da oferta formativa dos cursos profissionais proporcionada aos alunos e, se os vários sectores de atividade do tecido empresarial são tidos em conta aquando o processo de escolha.

A questão de partida foi elaborada da seguinte forma: Como adequar a oferta formativa na área dos cursos profissionais às necessidades do mercado empresarial do Concelho de Arouca?

Segundo dados, referentes ao ano letivo 2011/2012, do gabinete de estatística e planeamento da educação (GEPE), no Concelho de Arouca existe um estabelecimento de ensino público com oferta ao nível do ensino secundário abrangendo um total de 813 alunos a frequentar o ensino secundário. Desse número 337 frequentavam o ensino regular, 249 cursos profissionais, 20 cursos de educação e formação, 45 educação e formação de adultos e 102 em processos de RVCC.

Estes dados sustentam a necessidade de se analisar a oferta educativa na vertente de formação. É de sublinhar que o peso dos alunos matriculados nas vias profissionalizantes de nível secundário é de 35,4 por cento. Esta

percentagem tem vindo a aproximar-se, gradualmente, dos valores registados nos países da OCDE, nos quais cerca de 50 por cento dos jovens optam por estas vias de ensino.

É relevante a dificuldade em recrutar trabalhadores qualificados, no Concelho, tornando-se um constrangimento ao potencial crescimento das empresas. Praticamente em todos os setores de atividade empresarial existem dificuldades para encontrar os profissionais pretendidos. A falta de escolas de formação ou escolas profissionais com efetiva ligação às empresas provoca a carência apontada.

A meu ver, esta carência pode ser colmatada pela via dos cursos profissionais do Agrupamento de Escolas de Arouca, qualificando os jovens em áreas que sejam relevantes para o mercado empresarial da região.

Um estudo realizado pela Secção autónoma de ciências sociais, jurídicas e políticas da Universidade de Aveiro (2010) que caracterizou e diagnosticou o tecido produtivo e as zonas industriais da zona de Arouca, elaborou um quadro para conhecer a opinião dos empresários do Concelho quanto ao resultado final obtido com ações de formação, diferenciando os meios utilizados e o tipo de formação pretendido (de base ou contínua).

A interligação entre as necessidades de formação – de base e contínua- e os meios usados para as suprir mostrou-se um fator decisivo para a competitividade das empresas.

Quadro I – Necessidades de formação na região de Arouca

Necessidades de formação	Meios de formação usados	Eficiência dos meios de formação utilizados
De base	Aprendizagem na empresa com um quadro qualificado	Alta, mas dependendo da motivação (mais elevada quando o formando é recrutado através do contacto pessoal)
	Escolas profissionais	Média, mas não existem em Arouca; na área da metalomecânica o recurso é Vale de Cambra, mas há dificuldade em conseguir formandos com qualidade, uma vez que a tradição industrial nesta zona conduz à sua absorção pelas empresas locais; nas outras áreas (calçado, p. ex.) não há qualquer formação disponível no Concelho, com continuidade
	Escola secundária (vertente profissionalizante)	Média, mas pouco utilizada, pois trata-se de uma vertente de ensino normalmente pouco prestigiada (ensino recorrente)
	IEFP	Baixa – má preparação e pouca motivação dos formandos
	Ensino superior	Média – o problema coloca-se, sobretudo, na capacidade de fixar os quadros em Arouca

É necessário criar estratégias, ao nível da formação de jovens, mas não só, para que seja possível a fixação da população jovem no Concelho e o crescimento do tecido empresarial e, conseqüentemente, o aumento de emprego.

É necessário, também, que seja dada outra “importância” aos cursos profissionais, para que esta via de ensino seja vista de outra forma e não apenas como uma via alternativa.

3.2. OS OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO

Para tal, elaborou-se um conjunto de objetivos em termos de construção de conhecimento que permitirão responder à problemática:

- Descrever a evolução do ensino profissional em Portugal;
- Identificar os setores de atividade das empresas do Concelho de Arouca;
- Determinar a oferta educativa, a nível dos cursos profissionais, que é proporcionada aos jovens do Concelho de Arouca;
- Averiguar em que medida a oferta formativa proporcionada nos cursos profissionais atende ao mercado empresarial da região;
- Identificar as perceções que têm os jovens que frequentam os cursos profissionais acerca da oferta proporcionada;
- Determinar quais são os critérios inerentes ao processo de escolha dos cursos profissionais, por parte da Escola;
- Documentar as necessidades formativas levantadas pelas empresas do Concelho de Arouca;
- Identificar a perceção dos empresários relativamente à oferta ao nível dos cursos profissionais existente no concelho de Arouca;

Com vista a resolução da problemática, elaborou-se também um conjunto de objetivos em termos de transformação da realidade:

- Identificar e propor um conjunto de medidas que permitam a formação de profissionais qualificados para os setores de atividade das empresas existentes no Concelho;
- Selecionar a oferta formativa ao nível dos cursos profissionais no Agrupamento de Escolas de Arouca de acordo com as necessidades do mercado empresarial do Concelho de Arouca.

3.3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.3.1 Caracterização do contexto socioeconómico e cultural do concelho de Arouca

Enquadramento histórico

Arouca é um concelho cuja história se desenrola ao longo dos séculos e cuja origem remonta os 500 anos a.c., sendo diversos os vestígios históricos que comprovam a presença dos antepassados, nomeadamente os de origem muçulmana. Apesar disso, a história de Arouca ganha outro relevo com a fundação e crescimento do Mosteiro, edificado no séc. X, e que incluiu na sua comunidade religiosa, D. Mafalda, filha do rei D. Sancho I, a partir do séc. XIII. Nesse sentido, quando se analisa a história do concelho, não se pode dissociá-la da história do mosteiro, ainda hoje monumento de destaque no concelho. D. Mafalda trouxe ao mosteiro um resplendor nunca visto e ainda hoje sentido.

Enquadramento Territorial

O concelho de Arouca abrange uma área com cerca de 328 Km², e fica situado no extremo nordeste do distrito de Aveiro onde integra, juntamente com os concelhos de São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, a região do Entre Douro e Vouga, da região Norte de Portugal. Tem como concelhos vizinhos os municípios de S. Pedro do Sul, Vale de Cambra, Castro Daire, Cinfães, Castelo de Paiva, Gondomar, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira. A vila, sede do concelho, está situada no extremo nascente do Vale de Arouca e fica a cerca de 60 Km de Aveiro, sede de distrito, e 50 Km da cidade do Porto. Em 2005, o concelho de Arouca, foi

integrado na Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), tal como o concelho de Santa Maria da Feira e S. João da Madeira.

Enquadramento geográfico, demográfico e económico

O município de Arouca possui 22 359 habitantes (2011) espalhados por vinte freguesias: Albergaria da Serra, Alvarenga, Arouca, Burgo, Cabreiros, Canelas, Chave, Covêlo de Paivó, Escariz, Espiunca, Fermêdo, Janarde, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Urrô e Várzea.

Segundo os Censos, em 2001, o município de Arouca contava com 24 227 habitantes, passando, em 2011, para os 22 359 habitantes.

Verificaram-se, na última década, significativas alterações no que concerne à distribuição da população ativa arouquense por sectores de atividade. Em 2001, 51% dessa população tinha ocupação no sector industrial. Por outro lado, no sector primário, a agricultura e pecuária que, em 2001, passam a ocupar menos de 12% da população ativa, subindo, por sua vez, significativamente, a percentagem dos ativos no sector terciário, comércio e serviços, que passa para mais de 37%. A indústria transformadora é um dos sectores de atividade que mais ativos emprega. Predominando as indústrias do calçado, madeiras e construção civil, a estrutura empresarial do concelho é atomizada, com cerca de 60% das empresas a terem menos de 5 pessoas ao serviço, sendo empresas com carácter familiar. No entanto, estão em expansão e crescimento no concelho, as indústrias de metalomecânica e moldes.

No ano 2013, a maior empresa de Arouca, apenas com 2 empregados, atuava no comércio de equipamentos eletrónicos e telecomunicações. As áreas de atividades mais influentes neste ano eram a construção civil, a metalúrgica e a agricultura. O tecido empresarial do Concelho de Arouca é composto, na sua quase totalidade, por micro e pequenas empresas, representando 99,68% do total (94,13% micro e 5,55% pequenas empresas). Quanto ao emprego gerado, as microempresas ocupam 38,3% do total dos

trabalhadores do Concelho, as pequenas empresas 41,4% e as médias empresas representam 20,3% do emprego; assim, as micro e pequenas empresas (até 50 trabalhadores) representam 79,7% do total do emprego (4/5). A atividade económica do Concelho caracteriza-se igualmente pelo elevado peso do sector secundário (indústria e construção), com um rácio de 56,7% no total do emprego gerado. Em contraponto, o sector terciário (serviços) ocupa apenas 39,3% dos trabalhadores.

3.3.2. Qualificação profissional da população

Arouca, apesar de ser um concelho em expansão, carece de profissionais qualificados, pelo que uma das apostas no desenvolvimento económico do concelho passa por aumentar a qualidade e a oferta formativa, para que a população do concelho seja sinónimo de mão-de-obra qualificada que dê resposta às necessidades empresariais locais, gerando emprego e desenvolvimento. O nível de instrução e a frequência da escolaridade da população são indicadores fortes do desenvolvimento educativo da região. Assim torna-se relevante analisar alguns dados referentes à taxa de alfabetização da população e ao nível de instrução da população residente. Como se constata pelos estudos preparatórios da Revisão de Plano do Diretor Municipal (2009), as taxas de escolarização no concelho de Arouca apresentam valores abaixo da média nacional, particularmente a partir do segundo ciclo do ensino básico. Neste e no terceiro ciclo, as taxas rondam os 40-50%, enquanto que no secundário os valores registados são ainda inferiores. Assim, e tendo em conta dados de 1999, o índice de Educação, que é baseado na taxa de escolaridade da população com mais de 15 anos de idade e de ambos os sexos, situava-se nos 0,89%.

3.3.3.Oferta educativa no Concelho

No Concelho de Arouca existem, no momento, dois Agrupamentos: o Agrupamento de Escolas de Arouca e o Agrupamento de Escolas de Escariz. O Agrupamento de Escolas de Arouca, foi criado por despacho do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, de 28 de junho de 2012, tendo a Comissão Administrativa Provisória (CAP) tomado posse no dia 4 de julho de 2012.

No concelho de Arouca, a rede do pré-escolar pública é constituída por 15 estabelecimentos de ensino, sendo 7 pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Arouca, e 2 pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Escariz.

No que toca a rede privada de pré-escolar em Arouca existem apenas um estabelecimento de ensino, sendo uma IPSS (Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda) situado na freguesia sede do concelho.

De salientar que existem ainda no concelho duas creches (0-3 anos), uma como parte integrante da IPSS, Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda, e a outra como parte integrante Do Centro Social e Paroquial São Salvador do Burgo. Em Setembro deste ano, a Santa Casa da Misericórdia de Arouca irá também abrir a valência de creche.

No que toca ao 1º Ciclo, no concelho de Arouca existem no momento, 21 estabelecimentos de ensino, espalhados pelas diversas freguesias. O segundo e terceiro ciclos são leccionados somente nas EB2,3 pertencentes aos dois agrupamentos de escolas, nomeadamente a EB2,3 de Arouca e a EB2,3 de Escariz. O ensino secundário é leccionado na Escola secundária de Arouca.

3.3.4. Caraterização do Agrupamento de Escolas de Arouca

O espaço onde funciona a ES/3 de Arouca era uma propriedade privada, pertencente a uma família de Arouquenses. Posteriormente, o edifício da propriedade foi cedido a um colégio privado chamado “Externato da Rainha Santa Mafalda”. Só mais tarde é que foi constituída, oficialmente, pelo Decreto-Lei nº260-B/75 de 26 de Maio de 1975, a Escola Secundária.

O meio envolvente é de grande dispersão populacional, visto que, as freguesias do Concelho encontram-se muito dispersas. Este facto representa um dos constrangimentos para o desenvolvimento do Concelho, com implicações a nível escolar, nomeadamente, no que respeita ao tempo despendido no percurso para a escola e articulação dos horários dos alunos com os transportes escolares.

O espaço físico e logístico foi, em dezembro de 2010, sujeito á obras de requalificação no âmbito da ação da Parque Escolar. Até outubro de 2011, decorreu a 1ª fase correspondente a uma área de cerca de dois terços do total. No início do ano letivo 2012/2013, a obra encontrava-se totalmente concluída.

A escola tem agora salas bem iluminadas, climatizadas e insonorizadas, bem equipadas em termos tecnológicos e com boas dimensões. Tem espaços de convívio, uma biblioteca/centro de recursos, laboratórios e oficinas com condições e características físicas adequadas às suas diferentes utilizações.

No que diz respeito à oferta formativa, a Escola Secundária de Arouca (ESA) promove cursos profissionalizantes desde 1998-1999 (CEF e mais tarde profissionais). Frequentam a escola cerca de 548 alunos, distribuídos do 10º ao 12º Ano, pelas diferentes áreas. No quadro seguinte, conseguimos apurar quais as ofertas formativas dos cursos profissionais no ano letivo 2013/2014.

Quadro II - Ofertas formativas dos cursos profissionais no ano letivo 2013/2014.

2012/2015	Técnico de análise	18 alunos
2013/2016	Técnico Auxiliar de Saúde	30 alunos
2013/2016	Técnico de Eletrónica e Telecomunicações	46 alunos
2013/2016	Técnico de restauração – cozinha/pastelaria	31 alunos
2012/2015	Técnico de turismo ambiental e rural	14 alunos
2012/2015	Técnico multimédia	25 alunos
2011/2014	Técnico de Restauração – Restaurante/bar	35 alunos

3.4. METODOLOGIA

Deste modo e tendo em conta os objetivos do presente projeto e a sua realização com o propósito de estudar quais as ofertas educativas ao nível do ensino profissional no Agrupamento de Escolas de Arouca, assim como a perceção das escolhas das áreas educativas por parte da Escola e se existe ou não uma ligação efetiva às empresas do concelho neste processo de seleção. Optou-se, por isso, numa metodologia mista, composta maioritariamente por uma abordagem qualitativa que não prescinde todavia da recolha e análise de dados quantitativos.

O paradigma qualitativo pretende substituir as noções de explicação, previsão e controlo do paradigma quantitativo pelas de compreensão, significado e ação em que se procura penetrar no mundo pessoal dos sujeitos, “[...] saber como interpretam as diversas situações e que significado tem para eles” (Latorre et al., 1996, p. 42), tentando “[...] compreender o mundo complexo do vivido desde o ponto de vista de quem vive” (Mertens, 1998, p. 11). Para além do seu carácter qualitativo e exploratório, Bauer e Gaskel (2002)

caracterizam a pesquisa qualitativa como uma metodologia de estudo que evita números e trabalha com interpretações das realidades sociais.

Os estudos qualitativos, inspirados no paradigma interpretativo da investigação educativa, abrangem todas as situações em que as preocupações do investigador se orientam para a busca de significados pessoais, para o estudo das interações entre pessoas e contextos, assim como formas de pensar, atitudes e percepções dos participantes no processo de ensino aprendizagem. Trata-se de uma metodologia de estudo da sociedade que se centra na forma como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências. Neste sentido, foram escolhidas as técnicas de inquérito e a análise documental. Como instrumento, na técnica de inquérito optou-se por entrevistas semiestruturadas e questionários semiestruturados e na técnica de análise documental não se construiu um instrumento específico visto tratar-se de uma atividade exploratória e se pretende manter em aberto todas as perspectivas sobre o problema em questão.

Este estudo enquadra-se numa linha maioritariamente qualitativa. As metodologias qualitativas inserem-se num paradigma interpretativo, que pretendem sobretudo compreender e interpretar a complexidade das produções/escolhas humanas. Os intervenientes na investigação não serão submetidas à variáveis isoladas mas inseridas num todo, no seu contexto natural (investigação naturalista).

O estudo de caso tem um campo de trabalho mais específico: aborda um caso, sendo este sempre bem delimitado e de contornos claramente definidos, trata-se, assim, do estudo de uma região (Arouca) onde os alunos do ensino secundário, por vezes, não têm respostas educativas que vão de encontro com as previsões do futuro, e que não se enquadram no mercado empresarial da região. De acordo com Ponte (1994): *“Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu “como” e os seus “porquês” evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma*

investigação que se assume como particularista, isto é, debruça-se deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.”

Assim sendo, o estudo de caso, como afirma André (2003, p. 51), “permitira um estudo mais aprofundado, dentro de seu dinamismo próprio”. Essa escolha metodológica permite, portanto, que a realidade estudada seja observada com mais profundidade. O caso, objeto de estudo desta pesquisa, consiste em um grupo de alunos do 12º ano de um curso profissional, ao qual foi aplicado um questionário, previamente elaborado sob as suas perspectivas sobre a adequação da oferta formativa com o mercado de trabalho.

Para que pudesse encontrar respostas e atingir os objetivos pretendidos, realizámos uma entrevista à coordenadora dos cursos profissionais do Agrupamento e uma outra à Coordenadora da Associação Empresarial. Assim, ao basear-se numa caso não se pretende generalizar, pois, de acordo com Stake (1995), não se estuda um caso para compreender outros casos, mas para compreender o próprio caso. Através do estudo deste caso, pretendeu-se estabelecer uma proposta de intervenção na definição da oferta formativa dos cursos profissionais

3.5. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

O direcionamento do tipo de pesquisa que será empreendido neste projeto dependerá essencialmente da questão de partida. “O que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”. (Goldenberg (2002: 14)).

A recolha de dados “constitui a execução do instrumento de observação e consiste em recolher ou reunir concretamente as informações determinadas junto das pessoas ou das unidades de observação incluídas na amostra”

(Quivy e Campenhoudt, 1998: 183). De entre as técnicas empíricas de pesquisa mais utilizadas, optou-se, pelo questionário aos alunos do ensino profissional secundário, a que se seguiram as entrevistas à Coordenadora dos cursos Profissionais do Agrupamento e outra à Coordenadora da Associação Empresarial. Utilizou-se, também a técnica de análise documental.

Nesse sentido, foram utilizadas as seguintes técnicas de recolha de dados:

- Entrevista;

A entrevista é uma técnica de recolha de dados muito utilizada na investigação social. Fortin (1999), considera a entrevista como um modo particular de comunicação verbal, que se estabelece entre os entrevistadores e os participantes com o objetivo de recolher dados relativos às questões de investigação formulada, servindo a sua utilização, em muitos casos, como complemento de outros métodos, incluindo a validação de resultados obtidos por outros métodos, ou num contexto de desenvolvimento de maior profundidade de determinado estudo.

Trata-se, portanto, de um diálogo estabelecido de forma metódica entre entrevistador e entrevistado, cujo objetivo principal é também a obtenção de determinada informação do entrevistado. Optou-se por entrevistas de características semiestruturadas por parecerem as que melhor se adequam a este tipo de estudo, e conseguem obter-se dados comparáveis entre os vários sujeitos (Bogdan e Bicklen, 1994), podendo ser usadas em conjunto com a análise documental (Bogdan e Biklen, 1994; Quivy e Campenhoudt, 1998).

As entrevistas foram aplicadas à Coordenadora/Adjunta dos Cursos Profissionais do Agrupamento de Escolas e à Coordenadora da Associação Empresarial. A técnica da entrevista é uma das principais ferramentas para obter informação em investigação. Assim, como refere Morgan (1988), citado por Bogdan e Bicklen (1994): “ Uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver mais pessoas, dirigida por uma das pessoas com o objetivo de obter informações sobre a outra. (...) A entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao entrevistador

desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo”. Desta forma, a entrevista é uma conversa direta com um objetivo específico, em que é utilizada a pergunta-resposta. A informação nela recolhida é muito valiosa, sendo em muitas das situações, o único meio de recolha de dados.

- Questionário;

O inquérito por questionário é um instrumento de recolha de dados constituído por uma série ordenada de perguntas articuladas por uma perspectiva de prossecução e determinação de um determinado objetivo, o qual deve ser respondido por escrito. Trata-se de um instrumento de recolha de dados muito utilizado nas ciências sociais e humanas, baseado na sequência de questões escritas, que são dirigidas a um conjunto de indivíduos, envolvendo as suas opiniões, representações, crenças e informações factuais, sobre eles próprios e os seu meio (Quivy & Campenhoudt, 1992). Incluíram-se perguntas fechadas e por nos parecerem adequadas para a consecução dos objetivos do estudo. No cabeçalho, do questionário, indicou-se o âmbito do estudo em questão.

O inquérito por questionário está dividido em duas partes. A primeira parte é composta por três questões relacionadas com a caracterização pessoal do aluno (idade, curso profissional de frequência, ano de escolaridade). Na segunda parte, está centrada em questões relacionadas com a escolha da oferta formativa e a sua relação ou não com o mercado de trabalho. O inquérito foi aplicado a um grupo de oito alunos do 12º ano do curso profissional Técnico eletrónica e telecomunicações da Escola Secundária de Arouca, no final de fevereiro de 2014. Este grupo foi escolhido por ser uma turma do 12ºano, e sendo os alunos mais velho, visto que estão a concluir o curso já têm uma visão mais ampla sobre o seu futuro profissional.

Para o feito, contou-se com a colaboração de alguns docentes e da Psicóloga da respetiva escola envolvida no estudo. Os questionários foram aplicados diretamente em sala de aula, após autorização dos encarregados de

educação dos alunos envolvidos. Não foi colocado nenhum entrave por parte da Direção para a realização dos questionários aos alunos. Os alunos mostraram-se recetivos e participaram de boa vontade.

- Análise documental;

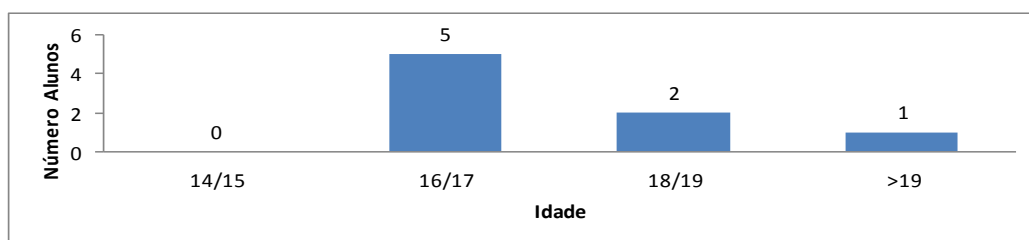
A análise documental pode constituir uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementada por informações obtidas por outras técnicas, seja descobrindo aspetos novos de um tema ou problema. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008). Na análise documental, procurou-se fazer uma recolha extensiva a todos os suportes documentais da Escola Secundária, da Câmara Municipal e da Associação Empresarial no que diz respeito à política educativa e setores de atividade. Esta técnica de recolha de informação consiste, simplesmente, na consulta de documentos escritos como livros ou artigos numa Biblioteca, num Centro de documentação ou de investigação. Assim, foram consultados documentos, como o projeto educativo da escola, o regulamento interno da escola, o relatório da Avaliação externa da Escola, A Carta educativa da região, o Diagnóstico social do Concelho, O Diagnóstico da Rede Social da região, o levantamento das necessidades formativas das empresas do Concelho, o Plano regional de emprego, o plano de desenvolvimento regional, entre outros.

3.5.1 Participantes

A amostra desta investigação é composta por um grupo de alunos que frequentam o 12º ano do Curso Técnico de Eletrónica e telecomunicações, no agrupamento de Escolas. Este grupo é composto por oito alunos com idades

compreendidas está compreendida entre os 16 e os 17 anos. Um número reduzido de alunos tem mais de 18 anos.

Figura II – Idade dos alunos



Foi necessário apresentar uma autorização do Orientador à direção do agrupamento de escolas para se poder realizar o estudo em questão. Os alunos a quem se iria aplicar o questionário levaram um pedido de autorização na caderneta aos encarregados de educação explicando o processo e trouxeram de volta a autorização assinada pelo encarregado. Sem essa autorização não seria possível aplicar os questionários aos alunos.

A opção por alunos do 12º ano deve-se ao fato de este ser um ano em que o adolescente começa a pensar efetivamente em uma escolha profissional, já que o seu percurso escolar está quase terminado. Esses jovens encontram-se próximos ao fim da escolaridade secundária, o que lhes impõe a necessidade do estabelecimento de um projeto de vida acerca do que fazer após o fim desta etapa. Posteriormente, foi agendada uma reunião com a Coordenadora/Adjunta dos Cursos Profissionais do agrupamento e outra com a Coordenadora da Associação Empresarial para realizar a entrevista e para recolher os dados acerca das ofertas educativas e dos setores de atividade empresarial.

3.6 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados na metodologia qualitativa é definida por Bogdan e Biklen como um processo em que o investigador busca organizar de forma sistemática as “transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aquilo que encontrou” (1994, p. 205).

Para Kerlinger (1980, op. cit., p. 335) a metodologia significa como sabemos " maneiras diferentes de fazer coisas com propósitos diferentes ", ou seja maneiras de formular problemas, hipóteses, métodos de observação e recolha de dados, medida de variáveis e técnicas de análise de dados. No entanto, como o mesmo autor refere, a "metodologia inclui também aspetos da filosofia da ciência ", pressupondo uma constante atitude de análise crítica, sobretudo quando tal análise assume a forma de uma crítica epistemológica dos conceitos utilizados, no quadro de uma investigação.

A análise de conteúdo da pesquisa documental e das entrevistas tem uma função essencialmente heurística, não necessitando de uma grelha de análise precisa (Quivy e Campenhoudt, 1998). Nas entrevistas, “a melhor forma de atuar é, sem dúvida, ouvir repetidamente as gravações, umas após outras, anotar as pistas e as ideias, pôr em evidência as contradições internas e as divergências de pontos de vista e refletir sobre o que podem revelar” (*Idem, Ibidem*: 79). Com este objetivo, o conteúdo das entrevistas será transcrito.

Miles e Huberman (1984, p.24) definem esta fase de tratamento dos dados como a “estruturação de um conjunto de informações que vai permitir tirar conclusões e tomar decisões”. Segundo eles, a operação de apresentação de dados é, por vezes, negligenciada e é sem dúvida, de extrema utilidade na redação do relatório final, uma vez que os textos narrativos são compostos por informações dispersas, vagamente estruturadas e difíceis de reter.

Nesse sentido, utilizou-se as seguintes técnicas de análise de dados:

- Análise reflexiva

“(...) se os homens são seres do que fazer é exatamente porque o seu fazer é ação e reflexão. É praxis. É transformação do mundo.” (Freire, 1975)

A análise reflexiva visa, na sua essência, interpretar ou avaliar o fenômeno a ser estudado, quase sempre por julgamento ou intuição do investigador. Realiza um estudo mais cuidadoso e, por meio da análise reflexiva, seleciona o que é relevante, elaborando os pontos essenciais que devem ser abordados para a compreensão do problema. No âmbito educacional, prática e reflexão assumem, assim, uma interdependência muito relevante, na medida em que a prática educativa traz à luz inúmeros problemas para resolver, inúmeras questões para responder, inúmeras incertezas, ou seja, inúmeras oportunidades para refletir.

- Análise estrutural

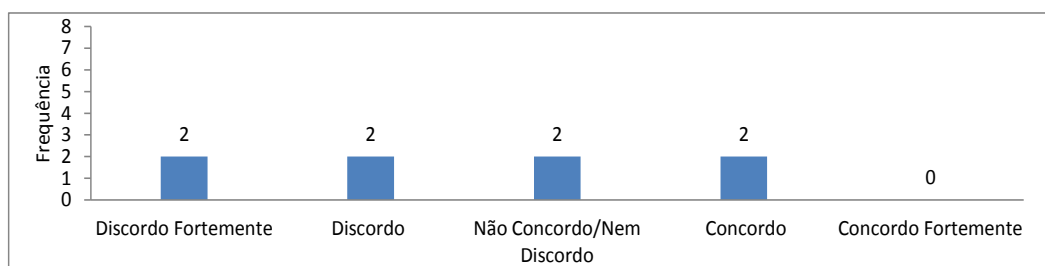
Analisa dados com a finalidade de se encontrar padrões que possam clarificar e/ou explicar a situação em estudo. A análise estrutural foca-se na maneira como os elementos da mensagem estão dispostos, tentando revelar aspectos subjacentes e implícitos da mensagem. Podemos distinguir a análise da coocorrência, que examina as associações de temas nas sequências de comunicação, informando acerca de estruturas mentais e ideológicas ou de preocupações latentes. A análise estrutural tem como objetivo revelar os princípios que organizam os elementos do discurso, independentemente do conteúdo, tentando descobrir uma ordem oculta.

3.6.1. Resultados dos questionários dos alunos

No sentido de compreender se a oferta a nível dos cursos profissionais seria suficiente na altura da escolha por parte dos alunos, quatro alunos

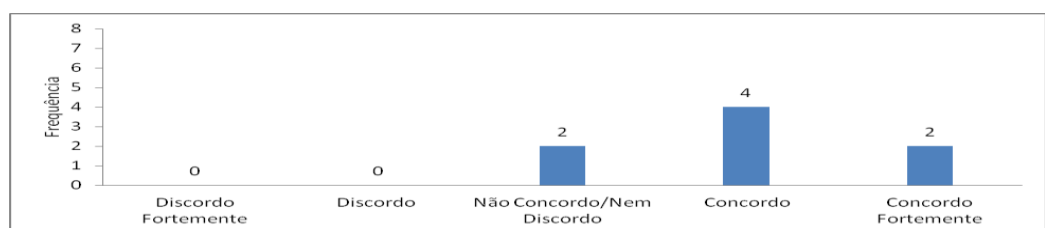
discordavam ou discordavam fortemente da oferta formativa disponibilizada. Desta forma, conclui-se que uma parte dos alunos acharam que a oferta disponibilizada no ato de escolha insuficiente ou que não se adaptaria às suas preferências.

Figura III – Perspetiva dos alunos acerca da oferta formativa disponibilizada



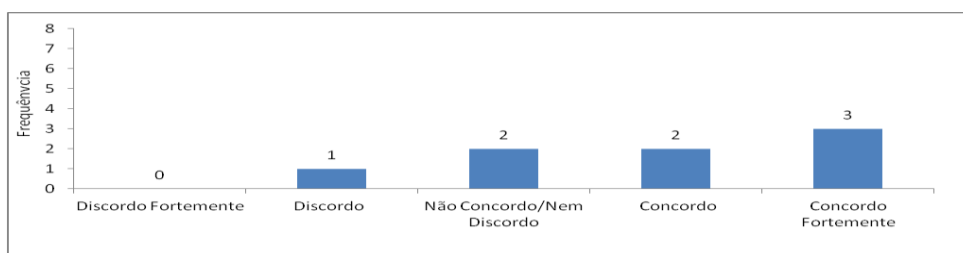
Por outro lado, a grande maioria dos alunos inquiridos dizem concordar que as áreas dos cursos existentes estão relacionadas com as empresas do Concelho.

Figura IV – Perspetiva dos alunos acerca da relação entre os cursos existentes na escola e as empresas do concelho



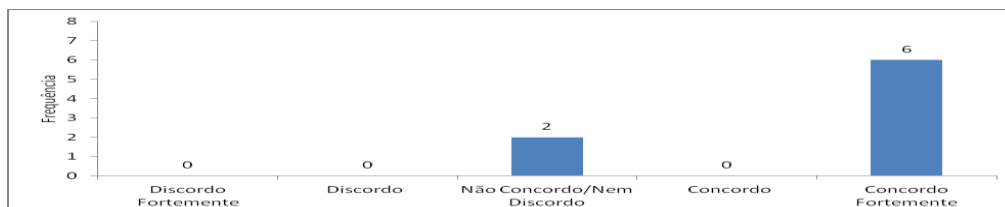
A maioria dos alunos inquiridos dizem concordar fortemente quando lhes é perguntado se o curso que estão a frequentar está relacionado com as empresas do Concelho.

Figura V – Perspetiva dos alunos sobre a relação entre o curso que frequenta e a oferta das empresas do concelho



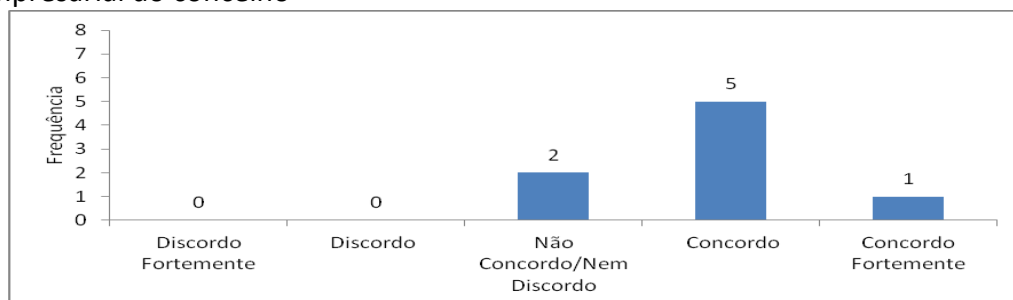
A maioria dos alunos inquiridos gostava que o curso profissional que estão a frequentar lhes possibilitasse emprego numa empresa do Concelho. Pode-se concluir que os alunos mostram vontade em fixar-se em empresas dentro do Concelho, se isto lhes fosse possível.

Figura VI – Perspetiva dos alunos acerca sua inserção numa empresa do concelho



Na opinião da maioria dos alunos inquiridos, os cursos oferecidos pelo agrupamento de escolas estão relacionados com o mercado empresarial da região.

Figura VII – Perspetiva dos alunos sobre a adequação do curso ao mercado empresarial do concelho



3.6.2. Resultados da entrevista à Coordenadora dos cursos profissionais

A entrevista efetuada à coordenadora dos Cursos Profissionais do Agrupamento de Escolas foi realizada no espaço escolar da escola, com uma duração de 90 minutos, que teve por base os seguintes objetivos:

- Determinar a oferta educativa a nível dos cursos profissionais, que se iniciaram no ano letivo 2013/2014;
- Descobrir de que forma efeito o processo de escolha dos cursos profissionais e quais são os seus participantes;
- Identificar a relação entre a escola e o mercado empresarial do Concelho;
- Determinar a adequação da oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado empresarial do concelho.

Procedeu-se a uma análise qualitativa. Fez-se várias leituras do texto integral das entrevistas. Os dados recolhidos foram organizados em função das várias perguntas.

A oferta formativa dos cursos profissionais para o ano letivo 2013/2014 foi identificada no momento da contextualização através do quadro 2. A

Coordenadora referenciou os cursos de: Restauração (vertente Cozinha e Pastelaria), Eletrónica e Telecomunicações e Auxiliar de saúde. Os dois primeiros cursos já existem no Agrupamento há alguns anos e têm tido uma boa receção por parte dos alunos. O curso Auxiliar de Saúde realiza-se pela primeira vez no Agrupamento, e quanto a isso, a coordenadora mostrou a sua preocupação com a inserção dos alunos nos estágios, visto não saber se as empresas ligadas a área da saúde irão se mostrar recetivos aos alunos estagiários.

No que diz respeito ao processo de escolha dos cursos, a coordenadora, num primeiro momento, afirmou a falta de autonomia dos dirigentes escolares para tomar este tipo de decisões. Referiu o controlo efetuado pela DGESTE Norte no que diz respeito às áreas prioritárias dos cursos profissionais. Sentiu-se claramente, pelo discurso da coordenadora que a Escola está limitada às imposições provenientes “do centro do sistema”, como referiu Azevedo (2011) “a autonomia das instituições educativas é um pressuposto da promoção com qualidade do bem comum educacional. A interação com as redes sociais locais e os seus atores constitui o “caldo” onde esta autonomia pode verificar a assumir os seus contornos concretos” (Azevedo, 2011. P.109). É a DGESTE que elabora um estudo da rede formativa dos Concelhos limítrofes, e que os facultas as Escolas. Na altura de escolher as áreas formativas, a Escola consulta este estudo e a lista de áreas prioritárias. Tendo em conta os recursos humanos e materiais que a escola já possui e as preferências dos alunos (documentada num estudo de pré-inscrição) a escola procede à escolha dos cursos profissionais.

Os documentos utilizados no processo de escolha dos cursos foram referenciados anteriormente. A Escola consulta o Estudo da rede formativa dos Concelhos Limítrofes e a lista de áreas prioritárias facultadas pela DGESTE Norte. A Escola desenvolve um estudo no momento da inscrição dos alunos para determinar as áreas preferenciais dos alunos. No nono ano, é feito também, um trabalho de orientação vocacional dirigido pela Psicóloga do Agrupamento, em que são entregues aos alunos brochuras com vários cursos

e tenta-se informar e esclarecer os alunos sobre o tipo de formação que os cursos profissionais oferecem. Ainda existe nas escolas uma representação social e escolar negativa do ensino profissional, apesar de já se constatar que a educação “deixou de se destinar apenas aos saberes gerais e científicos para passar a ser também educação para o trabalho, ensino de conhecimentos utilitários, de aptidões técnicas especializadas capazes de responder aos desafios do desenvolvimento tecnológicos no espaço da produção” (Santos, 1994, p.170).

O processo de escolha dos cursos envolve, numa primeira fase, a Escola, nomeadamente pela Direção e pelo Serviço de Psicologia. Depois de escolhidos os cursos, é enviada a lista à Câmara Municipal e a Associação Empresarial para apreciação dos mesmos. Ficou registado que todo o processo de pré-seleção e seleção dos cursos é elaborado pela Escola. A Câmara Municipal e a Associação Empresarial consultam a lista de cursos uma vez que esta já está escolhida. Estas instituições, por vezes, dão sugestões de áreas formativas que a Escola poderia adotar. A coordenadora referiu que antes da tomada de posse da nova Diretora neste ano letivo, não existia nenhum representante do mercado empresarial no Conselho Geral da Escola. Este ano letivo, o Conselho Geral já contou com a participação da Associação Empresarial e da Câmara Municipal. Ou seja, ficou claro, que nos anos anteriores a Escola não tinha qualquer tipo de relação com o mercado empresarial da região, sendo bem visível “o elevado desajustamento que existe entre a educação e o mercado de trabalho” (Azevedo, 2000).

A coordenadora classificou a relação entre a escola e o mercado de trabalho como sendo boa. As empresas mostram-se, na sua maioria, recetivas aos alunos estagiários, dando-lhes boas condições de trabalho. Existem casos de alunos que ficam a trabalhar na empresa depois de realizar o seu estágio. Apurou-se, com esta pergunta, que a maioria dos alunos vai estagiar em empresas fora do Concelho, visto que as áreas dos cursos não estão relacionadas com as empresas do Concelho, nomeadamente, o curso de Eletrónica e telecomunicações. Existe uma grande procura por parte dos

empresários, das áreas de Construção Civil, de Metalomecânica e de Agricultura, mas a esta questão, a coordenadora referiu que os alunos não têm interesse nestas áreas, por isso não haver cursos.

No nosso entender, a relação entre a escola e mercado de trabalho reduz-se aos estágios profissionais. A escola relaciona-se com as empresas apenas quando necessita de estabelecer contatos para a realização dos estágios por parte dos alunos. Não foi referenciado outro motivo de contacto entre a escola e as empresas. Considera-se então, como afirmou Santos que “a relação entre a escola e o mercado de trabalho não tem configurado quadros homogêneos nem estabilizados verificando-se mesmo, alguns antagonismos nesta relação” (Santos, 1994, p.160).

Na opinião da Coordenadora, “quando se aposta em cursos profissionais relacionados com a indústria do Concelho, os alunos mostram-se mais recetivos”. Mas com as limitações impostas pela DGESTE, a falta de financiamento para comprar novos equipamentos e para contratar mais recursos humanos é difícil adequar a oferta formativa às necessidades do mercado empresarial. O que vem a acontecer é que se tem de utilizar os recursos materiais e humanos já existentes para poder dar continuidade aos cursos profissionais, o que leva a ter de repetir as áreas formativas nos diferentes anos letivos.

Para responder a adequação da oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado empresarial do Concelho, a Coordenadora voltou a referir as limitações impostas pela DGESTE, o que condiciona o processo de escolha dos cursos profissionais. Abordou também, o fato de o mercado de trabalho do Concelho ser menos abrangente, devido ao encerramento de algumas empresas. Quando questionada, sobre o porquê de não haver cursos nas áreas da Construção Civil, da Metalomecânica e da Agricultura, sendo áreas que tem muita procura por parte dos seus empresários, a coordenadora referiu que os alunos não se inscrevem em cursos relacionados com a construção civil, apesar de a Escola estar dotada de equipamentos desta área e até de possuir uma oficina própria de construção civil. A questão da

Metalomecânica é maioritariamente financeira, pois é necessário equipamento próprio e dispendioso para a realização de cursos nesta área.

3.6.3 Resultados da entrevista à Coordenadora da associação empresarial

A entrevista efetuada à coordenadora da Associação empresarial foi realizada na sede da Associação, com uma duração de 120 minutos, que teve por base os seguintes objetivos:

- Reconhecer de que forma são levantadas as necessidades formativas das empresas;
- Determinar os setores de atividade das empresas;
- Identificar de que forma a Associação participa na Escola.

Procedeu-se a uma análise qualitativa na sequência de várias leituras do texto integral das entrevistas. Os dados recolhidos foram organizados em função das perguntas.

A Coordenadora referiu que as empresas que mais têm dificuldade em recrutar são empresas na área da indústria do calçado e da Metalomecânica. Abordou também, o fato de Cursos como o de Análise laboratorial e Multimédia não terem mercado de trabalho na região e ser muito difícil colocar os alunos em empresas para realizar os estágios. As empresas certificadas fazem o levantamento das necessidades formativas todos os anos. A Coordenadora referiu que “os empresários dão muito valor aos trabalhadores dos cursos profissionais visto que tem uma componente mais prática”.

Quanto à participação da Associação no Conselho Geral da Escola, a Coordenadora referiu que a entidade é convidada pela Escola em diversas atividades e eventos. A Associação participa nas reuniões do Agrupamento e faz parte do Conselho. No que diz respeito ao processo de escolha dos cursos

profissionais, a associação é consultada quando a Escola já possui a lista de cursos para o ano letivo seguinte, de modo a obter uma opinião por parte da Associação. A Associação ainda faz parte do Júri nas Provas de Aptidão Pedagógica e participa na colocação de alunos em empresas para realização dos estágios.

A Coordenadora classificou, igualmente, a relação entre a Escola e a Associação como sendo muito boa. Referiu que sempre que haja atividades, a Associação é convidada a participar. Tendo verbas, a Associação apoia projetos divulgados pela Escola, como por exemplo, ações de sensibilização.

A Coordenadora afirmou que a Associação tinha alguma participação no processo de escolha dos cursos, visto que a Escola pede-lhe parecer quando efetuada a lista dos cursos. A Associação faz algumas sugestões em reuniões enumerando áreas que acham que seriam benéficas para o mercado de trabalho. O que transpareceu é que a Escola apenas pede parecer a Associação e a Câmara Municipal quando os cursos já estão determinados por ela. Penso que estas entidades não têm uma participação efetiva, visto que não participam efetivamente no processo de escolha dos cursos. A participação que a Associação afirma ter não influencia em nada o processo de escolha dos cursos.

A Coordenadora referenciou os cursos que diz não ter mercado de trabalho no Concelho: Análises Laboratorial, Multimédia e Eletrónica e telecomunicações. Este facto é visível quando se tenta colocar os alunos nos estágios. A maioria deles é colocada em empresas fora do Concelho visto não existir quase mercado no Concelho. A Coordenadora da Associação frisou o facto de não haver cursos ligados a área da construção civil na escola, sendo o sector de maior atividade no Concelho.

A Coordenadora referiu que seria possível que a escola adequasse a oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado de trabalho do Concelho fazendo parcerias com diversas entidades, como Escolas tecnológicas, Escola Profissionais, Universidades entre outros. Estas entidades facultariam os recursos materiais e humanos a Escola em troca de instalações.

3.7. PLANO DE AÇÃO

Chegado a este momento, e depois de ter percorrido um longo caminho, termino refletindo sobre algumas atividades que poderiam ser desenvolvidas a fim de responder a problemática enunciada neste projeto. Depois de analisar as entrevistas aplicadas à Coordenadora do Agrupamento e à Coordenadora da Associação Empresarial, não foi difícil perceber que a oferta formativa não se adequa às necessidades do mercado de trabalho da região em estudo. O trabalho teórico permitiu traçar a evolução do Ensino profissional em Portugal e identificar, assim, algumas medidas que poderiam ser tomadas para colmatar esta desarticulação.

Os cursos tecnológicos e profissionais, situados no seio das escolas secundárias, cumprem o papel de oferecer um percurso alternativo, de frequência do nível secundário, com o objetivo principal de prossecução de estudos. Mas o que vem acontecendo é que nos contextos escolares em que estes cursos são oferecidos, dominados por uma cultura “liceal” de ensino e formação em que a preparação para o prosseguimento de estudos tende a ser norma, oferecer um curso profissional pode acabar por representar, muitas vezes, ter à disposição uma saída escolar (desqualificada) para os alunos com piores resultados no fim do ensino básico e à entrada do ensino secundário, uma via profissionalizante que assim se desprestigia imediatamente e que acaba por funcionar de modo autista face ao mundo profissional e empresarial (Azevedo, 2004). A partir desta afirmação de Azevedo, identificamos duas estratégias de intervenção que poderiam ser desenvolvidas no contexto em estudo e que poderiam inspirar a construção do plano de ação.

A primeira estratégia passa por promover uma melhor e mais cuidada orientação escolar e profissional. Num tempo marcado pela imprevisibilidade e por falta de referenciais estáveis, a orientação dos jovens deveria passar a constituir uma prioridade dos sistemas educativos. Os empresários e os profissionais que existe em cada localidade podem ajudar os adolescentes e

os jovens neste objetivo de orientação. É importante investir fortemente, em termos de diálogo social, na definição de uma estratégia para a valorização social e profissional do ensino profissional, de modo a estabelecer compromissos sociais concretos. Mais importante ainda, é rever a oferta dos cursos profissionais, deixando a ideia que este tipo de cursos serve de escape para casos de insucesso escolar.

O Serviço de Psicologia da Escola tem a necessidade de trabalhar mais de perto com os pais dos alunos, pois muitas vezes, são eles que fomentam a ideia de que os cursos profissionais não são uma opção viáveis para os seus filhos. É necessário elucidar todos os atores que participam no contexto escolar sobre as vantagens dos cursos profissionais, sobretudo numa era em que existem demasiados licenciados e as empresas carecem cada vez mais de técnicos intermédios. Como referia Azevedo (1999), o que se fizer em termos de orientação escolar, para ser suficiente, não se pode fazer de modo isolado – tem de se contar com a cooperação dos pais, das autarquias, das empresas, das entidades locais de incidência educativa, como os museus, as associações culturais, as bibliotecas.

Caso a caso, é crucial a exploração local das potencialidades educativas mobilizáveis para a construção social e local de um serviço educativo de qualidade, articulando iniciativas privadas e públicas.

Creio que entre as prioridades a estabelecer no quotidiano, uma vez que se trata de um trabalho diário e não apenas de um ato que se esgota no momento em que os alunos fazem a inscrição, está o reforço da função de orientação escolar e profissional, através do fomento de uma grande diversidade de atividades. Entre elas estão a informação acerca da evolução da sociedade atual, da economia, da cultura e do emprego, a análise da evolução do mundo profissional, as novas profissões e os novos perfis profissionais, o debate organizado e contínuo com variados interlocutores e atores sociais acerca do mundo de hoje e da sociedade que se avizinha.

O currículo escolar das escolas secundárias tem de estar disponível para acolher também esta diversidade de atividades associadas à orientação.

A segunda estratégia passa pelo desenvolvimento de culturas profissionais e de trabalho e que se estabeleçam fortes articulações com o meio económico envolvente.

É necessária a cooperação local de vários tipos de agentes sociais e profissionais tendo em vista o estabelecimento de redes interinstitucionais dedicadas à educação e formação dos jovens. Quando o problema se centra em falta de recursos materiais e humanos, é possível estabelecer parcerias com centros de formação, escolas tecnológicas e profissionais, universidades que têm disponibilidade para ceder equipamentos e recursos humanos, tendo a Escola apenas de disponibilizar as suas instalações para o decorrer da formação

. O Agrupamento em estudo já desenvolve estas parcerias para a realização de Cursos de Especialização Tecnológica, por este motivo, seria possível realizar mesmas parcerias para realização de cursos profissionais em outras áreas. Visto que um dos grandes problemas do Agrupamento centram-se no investimento, ou seja, nos custos que a realização dos cursos profissionais representa para a Escola, com estas parcerias a Escola apenas tinha de disponibilizar as suas instalações, os custos seriam remetidos para a instituição que realizaria os cursos.

É visível a deficiente articulação entre as escolas secundárias e o tecido socioeconómico local, por isso, é cada vez mais importante desencadear ações precisas para a favorecer e incrementar. A Escola precisa de abrir as suas portas às empresas, mas por sua vez, as empresas também necessitam de se sensibilizar mais com a formação dos jovens inseridos na região.

Uma maneira de sensibilizar tantos os jovens como os empresários para o mercado de trabalho local seria a organização, por parte da Escola, de visitas de estudo à diferentes empresas do Concelho para que os jovens possam ter uma visão mais real do mundo empresarial. Seria também uma maneira de manter contatos regulares com empresários e profissionais dos diferentes ramos de atividade, e não apenas quando é necessário colocar os alunos em estágios profissionais.

Outro ponto importante é a revisão curricular contínua, que deveria ser realizada em diálogo social entre escolas, empresários e profissionais do respetivo setor.

Entendo que só no quadro comunitário local, em cada território concreto, fruto da ação do maior número de intervenientes, organizações e indivíduos, entre os quais estão as escolas, os centros de formação e as empresas, se possível de modo muito articulado, em redes de projetos e em cadeias articuladas de investimentos, se poderá vir a proporcionar a todos os cidadãos quer percursos escolares melhor sucedidos quer processos mais inclusivos de transição para o mercado de trabalho.

No quadro que se segue, tentámos descrever algumas atividades que se possam desenvolver a fim de responder a problemática em análise neste trabalho: Como adequar a oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado de trabalho?

Quadro III – Plano de Ação

Atividades	Objetivo	Recursos	Responsáveis	Avaliação
Palestras com os pais e alunos do 9ºano	Proporcionar mais informação aos Encarregados da Educação e aos alunos acerca de toda a oferta formativa a nível dos cursos profissionais do Agrupamento	- Apresentação em PowerPoint com a oferta formativa - Entrega de folhetos, brochuras com informação sobre os cursos	- Serviço de Psicologia do agrupamento - Direção do Agrupamento - Coordenadora dos Cursos Profissionais - Professores dos Cursos Profissionais	- Inquérito de satisfação aos pais e alunos sobre a Palestra

Sessões de informação acerca das áreas empresariais presentes no Concelho	Expor aos alunos as diversas áreas do mercado empresarial do Concelho e às suas necessidades de recrutamento	- Apresentação em PowerPoint das diversas áreas empresariais do Concelho - Apresentação de estudo de diagnóstico do tecido produtivo e das zonas industriais da região	- Associação Empresarial - Direção Do Agrupamento	- Inquérito de satisfação aos alunos sobre as sessões de informação
Realização de visitas de Estudo às empresas da região	Proporcionar aos alunos um contato direto e efetivo com o mundo empresarial, dando a conhecer quais as diferentes atividades realizados nos vários setores empresariais	- Autocarros da Câmara Municipal para o transporte	- Direção do Agrupamento - Diretores de Turma - Empresários - Associação Empresarial	- Relatório sobre a visita de Estudo
Palestras dirigidas aos Encarregados de educação e alunos acerca da evolução do mundo profissional, das novas profissões e perfis profissionais	Sensibilizar para a evolução do mundo profissional e identificar quais as áreas em desenvolvimento e conhecer as novas profissões	- Apresentação de estudos de planeamento regional desenvolvidos pela REDE SOCIAL da Câmara Municipal	- Direção do Agrupamento - Câmara Municipal - Associação Empresarial - Centro de Emprego e Formação Profissional	- Inquérito de satisfação aos alunos sobre a Palestra

<p>Estabelecimento de Parcerias com Centros de Formação, Escolas Tecnológicas, Escolas Profissionais e Universidades</p>	<p>Cedência de equipamentos e recursos humanos por parte destas entidades ao agrupamento de modo a diversificar a oferta formativa. O agrupamento teria apenas de ceder as suas instalações.</p>	<p>- Parcerias</p>	<p>- Direção do Agrupamento - Responsáveis das diferentes entidades</p>	<p>- Avaliação contínua no decorrer dos cursos</p>
--	--	--------------------	---	--

CONCLUSÃO

A evolução da oferta e da procura de ensino e formação de nível secundário estará sempre fortemente condicionada pela evolução, simultânea, das políticas públicas de educação e de formação e dos comportamentos sociais dos diversos grupos populacionais. De facto, em Portugal, este nível de ensino e formação é um segmento de escolarização tardio, em termos de democratização de acesso. Como vimos anteriormente, só na década de noventa é que se verifica uma efetiva abertura das escolas secundárias a segmentos de população que estes aí não alcançam este nível. A oferta tem sido condicionada quase sempre pelo ritmo de evolução da procura, tendo-se assistido, desde meados dos anos oitenta, a uma diversificação progressiva das vias de formação, que se haviam afunilado no fim dos anos setenta.

As conclusões que tiramos depois de terminado este trabalho, são que para haver uma adequação entre a oferta formativa e o mercado de trabalho é necessário, em primeiro lugar, que a oferta de formação deve proporcionar aos jovens as oportunidades de receberem formação nas áreas que pretendem, sem que isso tenha de significar a obrigação de se afastarem muito das suas áreas de residência. Por outro lado, deve estar assegurada a pertinência das formações oferecidas, no que diz respeito à adequação dos perfis formativos às realidades que futuramente esses jovens vão encontrar na sociedade, nomeadamente, ao desenvolvimento socioeconómico da região onde estão inseridos. Para que isto seja possível, é necessário que as instituições educativas locais, sejam instituições com um maior autonomia na sua capacidade de criar redes locais de instituições e de atores sociais disponíveis para apoiar a sua imensa e difícil missão. As escolas, responsável e humildemente, devem poder contar (e fomentar) com a disponibilização de recursos, a afetação de múltiplos meios humanos e materiais das

comunidades, a cooperação de outros agentes educacionais, como são os museus, as bibliotecas, os jornais e as rádios, os centros de saúde, as associações culturais e as fundações (para além, é óbvio, do apoio indispensável do Estado), as empresas, os centros de formação profissional. Barroso, a este propósito (2008: 11), defende a necessidade de reconversão da administração central assente numa descentralização de competências, que permitisse ao Estado transformar o Ministério da Educação num centro de perícia, de assessoria das escolas, de avaliação e inspeção o que nos levou a pensar que talvez uma solução análoga, aplicada ao Ministério do Trabalho, pudesse produzir melhores resultados na operacionalização das políticas públicas de formação.

Apesar das incertezas que povoam o mercado de trabalho e da imprevisibilidade da evolução dos perfis profissionais, a formação técnica e profissional inicial continua a ser geralmente pertinente, dependendo sempre, quer na sua organização quer nos seus métodos e conteúdos, dos contextos regionais onde se desenvolvem. O futuro do ensino técnico e da formação profissional pode e deve ser bem diferente do seu passado.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, M.C., & Ferreira, F. (2007). *O sistema de educação e formação profissional em Portugal*. Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais das comunidades europeias.
- Agência de Execução relativa à Educação ao Audiovisual e à Cultura (2009). *Estrutura dos sistemas de ensino, formação profissional e ensino para adultos na europa*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
- Almeida, A.F. (2007). *Empregabilidade, contexto de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal*. *Sísifo*, 2, pp.51-57.
- Alves, N. (2008). *Juventudes e inserção profissional*. Lisboa: Educa.
- Alves, N., Almeida, J. Fontoura, M., & Alves, P. (2001). *Educação e formação: análise comparativa dos subsistemas de qualificação do nível II*. Lisboa: Observatório de Ensino e Formação Profissional.
- Antunes, F. (1998). *Políticas educativas para Portugal. O debate acerca do ensino Profissional na escola Pública*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Associação Empresarial de Portugal. (2004). *Os empresários e a qualificação de técnicos intermédios*. Lisboa: Associação Empresarial Portugal.
- Azevedo, J. (2006). *A educação e as novas competências para todos*. *Formar*, 56, pp. 3-9.
- Azevedo, J. (1991). *A educação tecnológica nos anos 90*. Porto: Edições ASA.

Azevedo, J. (1992). *Expectativas escolares e profissionais dos jovens do 9º ano*. Porto: Edições ASA.

Azevedo, J. (1999). *Voos de borboleta – escola, trabalho e profissão*. Porto: Edições ASA.

Azevedo, J. (2000). *O ensino secundário na Europa – o neoprofissionalismo e o sistema educativo mundial*. Porto: Edições ASA.

Azevedo, J. (2009). *Repensar a política para a educação: contributos para um outro modelo de governação da educação, em Portugal*. Liberdade, confiança, compromisso, esperança. Porto: Edições ASA.

Azevedo, J. (2011). *Liberdade e política pública de educação: ensaio sobre um novo compromisso social pela educação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Azevedo, J., & Fonseca, A.M. (2007). *Imprevisíveis itinerários de transição escola-trabalho: a expressão de uma outra sociedade*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Azevedo, J., Fonseca, A., Jacinto, F., Pinto, J., & Alves, J.M. (2004). *Que estratégia para o ensino tecnológico e profissional em Portugal?* Lisboa: Edições SEDES.

Azevedo, J. (1994). *Avenidas de Liberdade. Reflexões sobre Política Educativa*. Porto: Edições Asa.

Barroso, J. (2005). *O estado, a educação e a regulação das políticas públicas*. Educação e Sociedade, 26 (92), pp.725 – 751.

Barroso, J. (2008/01/26). "Autonomia Continua a ser Ficção". Público p.11.

Batista, M.L. (1993). *Educação – mercado de trabalho*. Lisboa: Departamento de Programação e Gestão Financeira.

- Bohlinger, A. (2008). *As competências: elemento basilar do quadro europeu de qualificações*. Revista Europeia de Formação Profissional, 42.
- Brites, R. (2011). *Estudo de avaliação e acompanhamento dos ensinos básico e secundário*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa.
- Cabrito, B. (1994). *Formação em alternância: conceitos e práticas*. Lisboa: Educa.
- Canário, R. (1997). *Formação e situações de trabalho*. Porto: Porto Editora.
- Cardim, C. (1999). *O sistema de formação profissional em Portugal. Breve descrição*. Luxemburgo: Instituto para à Inovação na Formação / Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional.
- Cardim, J.C. (2000). *O sistema de formação profissional em Portugal*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Carimba, S. (2001). *Inserção profissional dos ex. formandos de ações de formação profissional inicial - Relatório Global de 1997/98*. Lisboa: Direcção-Geral de Emprego e Formação Profissional.
- Carneiro, R. (2004). *A educação primeiro*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Castro, L. C. (2002). "Agenda, Ideas y Decisores: las Políticas de Formación Profesional". In: M. Grau e A. Mateos (Eds), *Análisis de Políticas Públicas en España: enfoques y casos*. Valencia: Tirant lo Blanch, pp. 59-93.
- Centeno, L., & Sarmiento. A. (2001). *O financiamento da educação e formação profissional em Portugal – Perfil do sistema de financiamento*.

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Cerqueira, M.F., & Martins, A.M.O. (2011). *A consolidação da educação e formação profissional da escola secundária nos últimos 50 anos em Portugal*. Revista Lusófona de Educação, 17, pp. 123-145.

CNE (2004). *Educação e Produtividade*. Lisboa. Editorial do ministério da Educação.

Correia, A. (1991). *Formação e mundo do trabalho*. Porto: GETAP.

Correia, J.A. (2000). *Da educação tecnológica ao ensino profissional – os mitos dos discursos vocacionalistas*, A Página da Educação, (online), 9(96).

Conselho Europeu (2001). *Os objetivos futuros concretos dos sistemas de educação e formação* - relatório do conselho de educação para o conselho europeu. Bruxelas.

Delors, J., Mulfi, I., Amag, I., Carneiro, R., Chung, F., Gereme, K.B., Gorham, W., Kornhauser, A., Manley, M., Quero, M.P., Savané, M.A., Singh, K., Stavenhegen, R., Suhn, M.W., & Nanzhão, Z. (2010). *Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre a educação para o século XXI*. (Teixeira, Trad.) Brasil: Setor de Educação da Representação da UNESCO. (Trabalho original publicado em 1996).

Deluiz, N. (2001). *O modelo das competências profissionais no mundo de trabalho e na educação: implicação para o currículo*. Boletim Técnico do SENAC, 27 (3).

Duarte, A.F. (1996). *Uma nova formação profissional para um novo mercado de trabalho*. Lisboa: Instituto Educação Formação Profissional.

- Estrela, A., Canário, R., & Ferreira, J. (1996). *Formação, saberes profissionais e situações de trabalho: atas do VI Colóquio Nacional da Secção Portuguesa*. Lisboa: AFIRSE.
- Formosinho, J., Fernandes, A.S., Machado, J., & Ferreira, F.I. (2005). *Administração da educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. Porto: Edições ASA.
- Grácio, S. (1986). *Política Educativa como Tecnologia Social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Grácio, S. (1998). *Ensinos técnicos e políticas em Portugal: 1910/1990*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Greinert, W. (2004). *Sistemas de formação profissional europeus – algumas reflexões sobre o contexto teórico da sua educação histórica*. Revista Europeia de Formação Profissional, 32, pp.18-26.
- Guerra, M.A.S. (2002). *Entre bastidores: o lado oculto da organização escolar*. Porto: Edições ASA.
- Guerreiro, J. (1999). *Da escola ao trabalho: que currículo de participação?* Dirigir, 62, pp.30-33.
- Imaginário, L. (1999). *A valorização da formação profissional inicial através da alternância*. Lisboa: Direção Geral do Emprego e Formação Profissional.
- Instituto Educação Formação Profissional. (1996). *A formação profissional em Portugal*. Lisboa: Ministério para a Qualificação e Emprego.
- Kovács, I., Cerdeira, M.C., Bairrada, M., & Moriz, A.B. (1994). *Qualificação e mercado de trabalho*. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

- Leite, E. M. (2003). *Trabajo, Calificación y Formación: Cuestiones de la Modernidad y la Vulnerabilidad*. Montevideo: Cinterfor/OIT.
- Martins, A., (1991). *Ensino técnico e profissional em Portugal: uma opção ou uma alternativa à via de ensino?*, Tese de Mestrado não publicada, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa.
- Martins, A.M., Pardal, L.A., & Dias, C. (2005). *Ensino técnico e profissional: natureza da oferta e da procura*. *Interações*, 1, pp.77-97.
- Martins, J. (1995). *As três faces da formação profissional de nível III. O papel das representações sociais dos jovens nas estratégias de formação e transição*, Tese de Mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Matias, N., Evaristo, T., Jesus, I., Honório, F., & Mateus, E. (1998). *Mercado de Formação – Conceito e funcionamento*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- MTSS/ME (2007). "*Novas Oportunidades: Iniciativa no âmbito Nacional de Emprego e do Plano Tecnológico*." (online)
- Orvalho, L., & Silva, R. (2008). *O desafio dos cursos profissionalmente qualificantes nas escolas públicas - Atas V Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Pardal, Luís António, Correia, Eugénia (1995). *Métodos e técnicas de Investigação Social*. Porto. Areal Editores.
- Patrício, F.M. (2006). *Educação e Formação profissional. As perspetivas do movimento cultural*. IV Congresso da AEPEC. Porto: Porto Editora.
- Pedroso, P. (1993). *A formação Profissional Inicial*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais

Pedroso, P. (1998). *Formação em alternância: analisar os conceitos, orientar as práticas*. Revista Formar, 17, pp.6-15.

Rebelo, G. (2006). "*Formar para o Emprego*" (online). In Jornal de Negócios.

Legislação

Alvará de 19 de Maio de 1759

Decreto nº5029: 2069

Decreto-lei 1820 de 4 de Junho de 1930

Decreto-lei 20420 de 20 de junho de 1931

Decreto-lei nº37028 de 29 de agosto de 1948

Decreto-lei nº37029 de 29 de Agosto de 1948

Lei nº5/73

Decreto-lei 5/73 de 25 de julho

Despacho Normativo 194-A/85 de 21 de Outubro

Portaria nº782/97

Lei nº46/86

Decreto-lei 74/2004 de 26 de Março

Decreto-Lei nº208/2002 de 17 de outubro

Decreto-lei nº550-C/2004 de 21 de Maio

Decreto-lei nº396/2007 de 31 de Dezembro

Portaria nº798/2006 de 10 de Agosto

Despacho nº14758/2004 (2ª Série) de 23 de Julho

Decreto-lei 519-A2/79 de 29 de Dezembro

Despacho-Conjunto 279/2002 de 12 de Abril

Despacho-Conjunto 453/2004 de 27 de Julho

Reforma 173/07 de 7 de Novembro

Decreto-lei 213/07 de 29 de maio

Portaria 297/97 de 6 de maio

Decreto-lei 193/82 de 20 de Fevereiro

Portara 656/86 de 4 de Novembro

ANEXOS

ANEXO I - QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

O questionário que se segue destina-se a recolher dados para a elaboração de um projeto, no âmbito do Mestrado em Administração de Organizações Educativas, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, relacionado com a adequação da oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado empresarial do Concelho de Arouca.

As questões que se seguem são de carácter confidencial, pelo que lhe solicitamos que responda de forma mais verdadeira possível.

Antecipadamente, agradeço a colaboração prestada.

Assinale com X as opções seguintes:

1. Idade:

- 14 a 15 anos.....
- 16 a 17 anos.....
- 18 a 19 anos.....
- mais de 19 anos.....

2. Curso profissional que frequenta:

- Técnico de análise laboratorial.....
- Técnico auxiliar de Saúde.....
- Técnico de Eletrónica e Telecomunicações.....
- Técnico de Restauração – Cozinha/ Pastelaria.....
- Técnico de Turismo Ambiental e Rural.....
- Técnico de Multimédia.....
- Técnico de Restauração – Restaurante / Bar.....

3. Indique o ano de escolaridade que frequenta

- 10ºano.....
- 11º ano.....
-

	Discordo fortemente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo fortemente
4. Na altura da escolha do curso, sentiu que a oferta disponibilizada era limitada?					
5. Pensa que as áreas dos cursos existentes na Escola estão relacionadas com as empresas do concelho?					
6. Pensa que o curso que está a frequentar lhe dá oportunidade de integração numa empresa do Concelho?					
7. Gostava que o curso que estás a frequentar lhe possibilitasse emprego numa empresa do Concelho?					
8. Na sua opinião, o curso que está a frequentar está adequado ao mercado empresarial do Concelho?					

ANEXO II - ENTREVISTA COORDENADORA CURSOS

A entrevista que se segue destina-se a recolher dados para a elaboração de um projeto, no âmbito do Mestrado em Administração de Organizações Educativas, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, relacionado com a adequação da oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado empresarial do Concelho de Arouca.

As questões que se seguem são de carácter confidencial, pelo que lhe solicitamos que responda de forma mais verdadeira possível.

Antecipadamente, agradeço a colaboração prestada.

Pergunta 1 – Qual é a oferta formativa ao nível dos cursos profissionais para o ano letivo 2013/2014?

Pergunta 2 – De que forma é feita o processo de escolha dos cursos? Quais são os critérios utilizados no momento da escolha dos cursos?

Pergunta 3 – São utilizados documentos ou desenvolvidas consultas no processo de escolha? Se sim, quais? (levantamento de necessidades formativas, inquérito aos alunos)

Pergunta 4 – Quem participa neste processo de escolha?

Pergunta 5 – Existe algum representante do mercado de trabalho da região no Conselho geral? (como por exemplo alguém da AECA)

Pergunta 6 – Como caracteriza a relação entre a escola e o mercado de trabalho/empresários do Concelho?

Pergunta 7 – Na sua opinião, acha que a oferta formativa dos cursos profissionais está adequada ao mercado de trabalho do Concelho?

Pergunta 8 – De que forma acha possível adequar a oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado empresarial do Concelho?

ANEXO III – ENTREVISTA COORDENADORA DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL

A entrevista que se segue destina-se a recolher dados para a elaboração de um projeto, no âmbito do Mestrado em Administração de Organizações Educativas, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, relacionado com a adequação da oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado empresarial do Concelho de Arouca.

As questões que se seguem são de carácter confidencial, pelo que lhe solicitamos que responda de forma mais verdadeira possível.

Antecipadamente, agradeço a colaboração prestada.

Pergunta 1 – Nota que de alguma forma, as empresas do Concelho têm dificuldade em contratar pessoas em áreas específicas? Se sim, em que áreas?

Pergunta 2 – De que forma e com que regularidade é feito o levantamento das necessidades formativas ao nível das empresas?

Pergunta 3 – A AECA tem alguma representação do Conselho geral da Escola? Se não, porquê? Se sim, de que forma participa?

Pergunta 4 – Como caracteriza a relação existente entre o Agrupamento e as empresas?

Pergunta 5 – Na sua opinião, acha que seria vantajoso se os empresários, através do seu representante, pudessem participar no processo de escolha dos cursos profissionais?

Pergunta 6 – Enumerando os cursos profissionais existentes no agrupamento para o ano letivo 2013/2014, acha que as áreas formativas estão adequadas ao mercado empresarial do Concelho?

Pergunta 7 – De que forma, acha possível adequar a oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado de trabalho do Concelho?